



22 DE MAIO DE 2018

Terça-feira

- CONFIANÇA RECUA PELO SEGUNDO MÊS SEGUIDO
- CONFIANÇA DE EMPRESÁRIO RECUA PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO, DIZ CNI
- PEQUENOS NEGÓCIOS DO PARANÁ GERARAM MAIS DE 7 MIL NOVOS EMPREGOS EM ABRIL
- BUROCRACIA TRAVA COMÉRCIO EXTERIOR
- CAMEX PUNE IMPORTAÇÃO DE LAMINADOS DA CHINA, MAS SUSPENDE MEDIDA
- EXPORTAÇÃO ESTARÁ LISTADA NO PORTAL ÚNICO EM JULHO
- COMPETITIVIDADE FICA PREJUDICADA SEM REFORMA DA PREVIDÊNCIA', DIZ MARCOS JORGE
- AUTORIDADE DA UE VÊ ACORDO COMERCIAL COM MERCOSUL NO FIM DO ANO
- BRASIL REFORÇA NEGOCIAÇÕES EM PARIS PARA ENTRAR NA OCDE
- COMISSÃO APROVA PRAZO PARA EXTINÇÃO DE REGISTROS DE EMPRESAS
- LIMINAR NO STF TRAZ INSEGURANÇA NO PAGAMENTO DE ISS PELAS EMPRESAS
- NF-E VERSÃO 4.0 SERÁ OBRIGATÓRIA A PARTIR DE 2 DE JULHO; SAIBA O QUE MUDA
- ARTIGO: BRASIL NÃO PODE ESQUECER LIÇÃO DE "O LOBO DE WALL STREET"
- DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIA OBESA NÃO É DISCRIMINAÇÃO, DIZ TST
- MEDIDA PROVISÓRIA EXTINGUE FUNDO SOBERANO
- ADESÃO A ACORDO DA POUPANÇA SERÁ FEITO POR ADVOGADOS, EM SITE ESPECÍFICO
- PLATAFORMA PARA ADESÃO A ACORDO DA POUPANÇA COMEÇA A FUNCIONAR NESTA TERÇA
- CONSUMIDORES ESPERAM INFLAÇÃO MAIOR PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES, DIZ FGV

- EFEITO NA INFLAÇÃO É PEQUENO, DIZEM ANALISTAS
- IMPACTO DO CENÁRIO EXTERNO NA INFLAÇÃO LEVOU COPOM A MANTER JUROS EM 6,5% AO ANO, DIZ BC
- REAL SEGUIU MESMO MOVIMENTO DE OUTRAS MOEDAS DE PAÍSES EMERGENTES, DIZ GUARDIA
- MAIS DA METADE DOS COEs RENDERAM MENOS QUE A SELIC NO ANO PASSADO
- BRASIL POSSUI INSTRUMENTOS PARA INTERVIR NO MERCADO DE CÂMBIO, DIZ GUARDIA
- DÓLAR ABRE EM QUEDA E VAI R\$ 3,65 APÓS INTERVENÇÃO DO BC
- PARCELA DE LOJAS COM ESTOQUES ADEQUADOS CAI PARA 56,7% EM MAIO, DIZ FECOMERCIO SP
- SEM AVANÇO NAS NEGOCIAÇÕES, GREVE CONTINUA NA MERCEDES-BENZ
- PRF REGISTRA INTERRUÇÃO DE RODOVIAS POR CAMINHONEIROS EM 17 ESTADOS
- GREVE CONTRA PREÇO DO DIESEL CAUSA TRANSTORNOS. VEJA ESTADOS MAIS AFETADOS
- PROTESTO DE CAMINHONEIROS AFETA A CASTELLO BRANCO; ANHANGUERA TEM TRÁFEGO NORMAL
- BLOQUEIO NA BR-277 POR CAMINHONEIROS AFETA FLUXO DE CARGA NO PORTO DE PARANAGUÁ
- PREÇOS MÉDIOS DA GASOLINA E DO DIESEL SOBEM MAIS UMA VEZ NESTA TERÇA
- PREÇO DO DIESEL SUBIU 56,5% DESDE QUE PETROBRAS PASSOU A ADOTAR REAJUSTE DIÁRIO
- ENTENDA A ALTA NOS COMBUSTÍVEIS E O PROTESTO DOS CAMINHONEIROS
- PIS/COFINS, CIDE, ICMS: QUAL TRIBUTOS MAIS PESA NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS?
- PRESIDENTE TEMER REUNIRÁ MINISTROS ÀS 18H PARA DISCUTIR PREÇO DA GASOLINA
- EQUIPE ECONÔMICA VÊ DIFICULDADE EM ABRIR MÃO DE TRIBUTOS DE COMBUSTÍVEIS
- RESOLUÇÃO INCENTIVA ADOÇÃO DO CONCEITO DE INDÚSTRIA 4.0 NA ZONA FRANCA DE MANAUS
- GOVERNO PREPARA ESTÍMULO PARA INDÚSTRIA 4.0 NO BRASIL
- INDÚSTRIA 4.0 VAI GERAR US\$ 15 TRILHÕES EM RECEITAS EM 15 ANOS
- INDÚSTRIA 4.0 SÓ FUNCIONA SE EMPRESA TIVER OBJETIVO DEFINIDO

- VW GOL MUDA VISUAL E GANHA MOTOR MAIS POTENTE
- VENDAS DE VEÍCULOS NOVOS VÃO SUPERAR PROJEÇÃO PARA 2018, DIZ ANFAVEA
- CRÉDITO E LEASING PARA VEÍCULOS CRECEM 23,7%
- BMW ACELERA PROCESSOS DE COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL

CÂMBIO EM 22/05/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,640	3,641
Euro	4,289	4,291

Fonte: BACEN

Confiança recua pelo segundo mês seguido

22/05/2018 – Fonte: CNI

O ICEI de maio ficou em 55,5 pontos, um recuo de 1,2 ponto em relação ao mês anterior – quando o índice já havia caído 2,3 pontos. As duas quedas consecutivas interrompem uma sequência de oito meses de crescimento, ou pelo menos estabilidade, do índice.

Maio/2018

Série histórica

Índice (0 a 100 pontos)*



Confiança de empresário recua pelo segundo mês consecutivo, diz CNI

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) de maio teve uma queda de 1,2 ponto em relação a abril, ficando em 55,5 pontos. É o segundo recuo consecutivo do indicador. Em abril, o Icei estava em 56,7 pontos, o que representou uma queda de 2,3 pontos ante março.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 21, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). “As duas quedas consecutivas, de abril e maio, interrompem uma sequência de oito meses de crescimento, ou pelo menos estabilidade, do Icei”, cita o estudo.

Apesar da queda, o índice de maio mostra que empresários ainda seguem otimistas. O indicador varia de zero a cem pontos, e resultados acima de 50 pontos refletem confiança do empresariado. A confiança é maior nas grandes empresas, com 56,9 pontos. As médias vêm em segundo lugar, com 55,1 pontos, e as pequenas são as menos otimistas, com Icei de 53 pontos em maio.

O dado de maio, segundo o estudo, é resultado tanto do recuo da confiança diante das condições atuais dos negócios quanto das expectativas para os próximos seis meses em relação ao desempenho das empresas e da economia. O índice de condições atuais caiu para 50,1 pontos. O índice de expectativa recuou para 58,2 pontos, mas, como segue acima dos 50 pontos, indica manutenção da confiança dos industriais para os próximos seis meses.

“Esses resultados podem derivar de certa frustração dos empresários quanto à intensidade da recuperação econômica observada nos primeiros meses deste ano, que está aquém do esperado”, avalia a CNI.

Por setor, a indústria extrativa é a mais otimista (57,6 pontos), seguida da indústria de transformação (55,8 pontos) e, por último, da indústria da construção (53,8 pontos)

A entidade explica que o Icei ajuda a entender as tendências da indústria e da economia. Empresários confiantes tendem a ampliar a produção e os investimentos, o que estimula o crescimento da economia.

Nesta edição do estudo, foram consultadas 2.673 empresas, das quais 1.065 pequenas, 1.000 médias e 608 de grande porte. As entrevistas ocorreram no período de 2 a 14 de maio.

Peguenos negócios do Paraná geraram mais de 7 mil novos empregos em abril

22/05/2018 – Fonte: CBN



De janeiro a abril de 2018, as micro e pequenas empresas (MPE) do Paraná geraram 25 mil empregos, e as médias e grandes empresas, 11,7 mil empregos. Só em abril, foram 7 mil e 385 novas vagas geradas pelas MPEs. Com esses dados, o Paraná foi o terceiro estado que mais gerou empregos em abril deste ano. No País, os pequenos negócios têm sido as responsáveis pelo crescimento das vagas de emprego desde o início do ano.

O mês de abril fechou com um saldo positivo de 83,5 mil empregos gerados pelos pequenos negócios, contra 31,4 mil empregos gerados pelas médias e grandes empresas e 980 empregos criados pelas empresas da administração pública, o que totalizou 115,9 mil novos postos de trabalho no Brasil, em abril.

“As micros e pequenas empresas são as grandes responsáveis pela geração de emprego e renda neste país. Esses empresários batalhadores fazem a economia girar mesmo em momento de crise”, enfatiza o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, que estará nesta segunda-feira em Curitiba, falando sobre os avanços e desafios do ambiente de negócios no País para empresários, no “Encontro Fopeme e Comitês Territoriais”, que vai reunir integrantes do Fórum Permanente da Micro e

Pequena Empresa (Fopeme) e dos 18 Comitês Territoriais do Paraná. O evento acontecerá no auditório do Sebrae (PR), em Curitiba, nesta segunda-feira (21), das 13h30 às 17h30.

Emprego MPE

O saldo de empregos gerados pelos pequenos negócios em abril deste ano superou em 76% o saldo já positivo do mês de março. No 1º quadrimestre de 2018, os pequenos negócios acumulam um saldo de 293 mil novos empregos, quase 10 vezes mais que o saldo de empregos gerado pelas médias e grandes empresas neste mesmo período e 88,4% acima do saldo registrado por eles no mesmo período do ano passado, o que sinaliza uma retomada da geração de empregos por parte desse importante nicho de empresas.

O setor de serviços foi o que mais gerou empregos em abril deste ano, com 48,9 mil postos, crescimento puxado pelas empresas que atuam no ramo imobiliário e no setor de transportes e comunicações. Os pequenos negócios da construção civil também se destacaram, com a criação de 14,4 mil vagas.

Região Sul

– A Região Sul tem 17,9% das MPEs do Brasil (Norte, 4,9%, Nordeste 17,8%, Sudeste, 50,9% e Centro Oeste, 8,5%).

– Com 31.582 micro e pequenas empresas notificadas pela Receita por estarem com débitos tributários, o Paraná é o 4º estado brasileiro em número de MPEs excluídas do Simples Nacional.

– 88% dos MEIs da Região Sul consideram que se tornar MEI melhorou sua vida.
– 70,5% dos MEIs da Região Sul consideram que ser MEI ajudou a enfrentar a crise econômica.

– Em média, 1 negócio tocado por MEI na Região Sul beneficia 3 pessoas da família e 1 pessoa de fora da família.

– 58,5% dos MEIs da Região Sul querem se tornar donos de uma empresa maior.

Burocracia trava comércio exterior

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Estudo inédito realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) traça um retrato dramático da burocracia que recai sobre o comércio exterior brasileiro. As exportações brasileiras, apesar da informatização de parte dos processos, ainda são sujeitas a 46 procedimentos diferentes, administrados por 12 órgãos, que afetaram 23% das vendas ao exterior realizadas no ano passado. Nas importações, são 72 obrigações controladas por 16 órgãos do governo, com impacto sobre 59% das compras.

“É um levantamento sistematizado de um conjunto de custos e encargos que chamamos de invisíveis”, disse a gerente de Política Comercial da entidade, Constanza Negri. “Não que eles não sejam sentidos na pele das empresas, mas porque são de difícil acesso pela falta de transparência e de disponibilidade das informações.”

“Grande parte da falta de competitividade da indústria brasileira é provocada por esses custos”, afirmou o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral. “O Brasil não conseguirá fazer uma abertura comercial sem resolver as ineficiências, que vão de logística inexistente a greves extorsivas (dos fiscais).”

A variedade de problemas é tanta que o estudo não conseguiu chegar a seu objetivo original: estimar o peso dessas obrigações sobre a economia brasileira. Em nove

casos, os autores não conseguiram apurar valores de algumas taxas nem recorrendo à Lei de Acesso à Informação.

Protegida pelo anonimato, uma empresa do setor de alimentos relatou à CNI que decidiu importar uma nova máquina. Mas só quando o equipamento chegou ao porto e ficou retido, a empresa descobriu que tinha de ter pedido, antes de iniciar a importação, uma autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O problema só foi resolvido depois de a empresa contratar uma consultoria especializada e pagar uma multa por ter importado sem a devida documentação.

A deficiência nas informações e a falta de previsibilidade, além de um aparente exagero nas exigências e da burocracia, são os problemas apontados pelas 114 empresas ouvidas pela CNI para o estudo. Constanza destaca que o controle na importação e exportação de produtos por parte do governo é legítimo e necessário. "Mas questionamos se não há excessos."

Ao fazer o levantamento, ela se surpreendeu pela existência, no Ibama, de um certificado cuja função é atestar que aquele produto não precisa de um documento chamado Licença para Uso da Configuração de Veículos ou Motor (LCVM) para ser importado.

O diretor técnico da Kia Motors do Brasil, Gabriel Loureiro, explicou ao jornal O Estado de S. Paulo que esse papel é usado, no caso dos automóveis, quando a empresa decide importar um modelo novo e precisa trazer um primeiro exemplar para ser testado quanto à emissão de poluentes e outros requisitos.

A primeira "amostra" entra no Brasil sem licenciamento. Só depois desses ensaios é que o novo modelo passa pelo processo de licenciamento do Ibama para sua importação, com a emissão da LCVM.

Custo

O estudo alerta ainda que o custo elevado de determinadas taxas pode ser até mesmo questionado na Organização Mundial do Comércio (OMC) como uma barreira ao comércio. Como algumas são fixadas em reais, e não como um percentual do valor da mercadoria, há risco de serem desproporcionalmente caras.

As empresas questionam até hoje por que o governo elevou de R\$ 30 para R\$ 185 a taxa de uso do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), onde são registradas as operações de exportação e importação. O aumento ocorreu em 2011. Questionada, a Receita Federal não se posicionou até a publicação desta reportagem.

A taxa de R\$ 88,17 cobrada pelo Banco do Brasil para analisar documentos necessários para a emissão de licenças para as operações comerciais foi discutida até no Tribunal de Contas da União (TCU).

Relatório elaborado pelos técnicos da Corte aponta que, em 2010, o banco arrecadou R\$ 30 milhões, mas os custos administrativos foram da ordem de R\$ 11 milhões. Os acordos internacionais dizem que as taxas devem ter um valor proporcional ao serviço prestado.

Questionada, a instituição informou que não divulga receitas obtidas com tarifas específicas e que faz o serviço por delegação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O Mdic informou que delegou serviços ao BB por sua capilaridade e que o TCU julgou não haver irregularidade na tarifa ou na transferência de atribuições.

Camex pune importação de laminados da China, mas suspende medida

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou nesta segunda-feira, 21, em reunião extraordinária, a aplicação de medidas compensatórias, na forma de taxas adicionais, contra a importação de laminados planos da China, por um período de até cinco anos. Mas, ao mesmo tempo, decidiu suspender a aplicação de qualquer punição, por "interesse público". A sobretaxa deixaria as importações mais caras.

Segundo nota divulgada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o resultado prático é que as importações do produto chinês não sofrerão nenhum tipo de sobretaxa.

Não é a primeira vez que isso acontece. Em janeiro passado, o conselho da Camex aprovou a aplicação de direito antidumping sobre aço importado da China e da Rússia, mas abriu mão de cobrar a sobretaxa. A decisão de hoje, diz a nota, é coerente com o que foi feito no início do ano.

Segundo o MDIC, a suspensão da medida compensatória é uma exceção, adotada após análise de seu impacto sobre a economia nacional. A pasta informou que as importações do produto estão em queda. No ano passado, houve uma redução de 84,6% na comparação com 2016. Os ministros integrantes do conselho informaram que monitorarão as importações e, no futuro, poderão reverter a suspensão.

A decisão de hoje diz respeito a laminados de aço ligado ou não ligado, de largura superior a 600 mm, laminados a quente, em chapas (não enrolados) de espessura inferior a 4,75 mm, ou em bobinas (em rolos) de qualquer espessura.

Segundo o MDIC, o produto é muito utilizado na construção civil, na indústria de móveis, de implementos agrícolas, de eletrodomésticos, e também na construção de pontes, torres de transmissão, gasodutos, oleodutos e minerodutos, entre outros.

Exportação estará listada no Portal Único em julho

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A partir de 2 de julho, 100% das exportações brasileiras serão registradas no Portal Único do Comércio Exterior, promete o governo. Pelo que se observou nas mercadorias que já transitam por ele, a redução de tempo para preencher a papelada cai 40%, de uma média de 13 dias para 7.

A economia se dá por uma razão simples: o exportador só terá de dar uma vez as informações que hoje precisam ser repetidas para cada órgão diferente que atua na operação. A Declaração Única de Exportação substituirá três documentos e será integrada à nota fiscal eletrônica. Com isso, a quantidade de exportações prestadas cai 60%, disse o secretário de Comércio Exterior, Abrão Árabe Neto.

O portal já funciona para alguns produtos e, com isso, o Brasil ganhou dez posições no ranking do relatório Doing Business, do Banco Mundial, no que se refere à facilidade no comércio exterior. Ainda assim, o País está na posição 139 em uma lista de 190 países.

"Avançamos, mas ainda estamos na metade da travessia do Himalaia", comentou a gerente de Política Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri. Para ela, é fundamental o governo garantir recursos para seguir com a implantação do Portal Único, inclusive para as importações.

A "janela única" para o comércio exterior é recomendada no Acordo de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), do qual o Brasil é signatário. "A burocracia e a insegurança jurídica afetam todos os setores", afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel.

A expectativa do governo é iniciar o registro das importações no Portal Único em outubro. As normas para o funcionamento do serviço foram colocadas em audiência pública e mais de 2 mil contribuições recebidas

Competitividade fica prejudicada sem reforma da Previdência', diz Marcos Jorge

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Reduzir a burocracia no comércio exterior é parte de um trabalho mais amplo de melhoria do ambiente de negócios no País, disse ao jornal O Estado de S.Paulo o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Marcos Jorge. Ele avalia que, sem enfrentar a questão da Previdência, não há condições para aumentar investimentos.

Estudo da CNI aponta para um conjunto muito grande e variado de exigências do governo para as operações de comércio exterior. O que o sr. diz sobre isso?

É muita coisa, mas estamos trabalhando para simplificar. O grande exemplo é o Portal Único do Comércio Exterior. Mas não temos só isso.

O que mais vem sendo feito?

Estruturamos um sistema em que o Mdic, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura e outros órgãos recebem, por parte do setor privado, o reporte de barreiras não tarifárias ao comércio. Os técnicos fazem o encaminhamento. Em 2016, ouvimos a iniciativa privada e listamos 51 medidas em um programa de simplificação. As que são de responsabilidade de outros órgãos, encaminhamos. As que são da nossa responsabilidade, estamos trabalhando.

As críticas de excesso de burocracia procedem?

Penso que temos de continuar evoluindo para termos um ambiente de negócios melhor. Precisamos, como tem dito o presidente Michel Temer, fazer uma simplificação tributária. E precisamos evoluir com a reforma da Previdência. Esse é um problema que o Brasil terá de enfrentar. Se queremos ser mais competitivos e produtivos, precisamos dar condições para que haja mais investimentos e para que o empresariado consiga produzir mais.

Autoridade da UE vê acordo comercial com Mercosul no fim do ano

22/05/2018 – Fonte: G1

Afirmção foi feita por Ekaterina Zaharieva, ministra de assuntos exteriores da Bulgária, que agora tem a presidência rotativa da UE.

A União Europeia e o Mercosul podem chegar a um acordo comercial neste ano, disse a presidente do Conselho Europeu nesta segunda-feira (21), seguindo tensões entre os dois blocos regionais durante negociações no mês passado.

"Achamos que vamos terminar as negociações perto do fim do ano", disse Ekaterina Zaharieva, ministra de assuntos exteriores da Bulgária, que agora tem a presidência rotativa da UE.

"Mas, é claro, que é muito mais importante ter um bom acordo do que um pior, porém mais rápido", acrescentou Zaharieva em entrevista à Reuters na reunião do G20 em Buenos Aires.

A rodada de conversas mais recente, em abril, progrediu em exportação de carros, mas terminou com um apontando o dedo para o outro para acusar o culpado pela falta de novos avanços.

Conversas comerciais entre os dois blocos regionais se intensificaram nos últimos anos, após mais de uma década de estagnação, porém planos de fechar um acordo no fim de 2017 foram prejudicados por divergências sobre as exportações agrícolas da América do Sul.

Brasil reforça negociações em Paris para entrar na OCDE

22/05/2018 – Fonte: Trabalho.org

Representantes do Ministério do Trabalho participaram de missão composta por 35 países membros



O Brasil está intensificando as negociações para o acesso do país à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dois representantes do Ministério do Trabalho participaram, na última semana, em Paris, na França, de missão composta por 35 países.

"Participamos dessa importante missão, representando o Brasil junto à OCDE, em sua sede no âmbito do LEED Program [Local Economic and Employment Development]. Estamos otimistas com os resultados e pela oportunidade de debater a cooperação e fazer o intercâmbio de boas práticas sobre políticas públicas", disse o secretário-executivo substituto do Ministério do Trabalho, Igor Franco.

O diretor de Políticas de Empregabilidade do Ministério do Trabalho, Higinio Brito Vieira, também participou do evento, considerado fundamental para fortalecer as relações diplomáticas entre Brasil e França.

O embaixador Carlos Márcio Cozendey, atual subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, foi designado pelo presidente Michel Temer como delegado junto aos organismos internacionais de Paris, com uma equipe dedicada ao assunto. A decisão demonstra o interesse do Brasil no acesso ao órgão.

A OCDE - A OCDE é um fórum cuja missão envolve a cooperação e o intercâmbio de boas práticas sobre políticas públicas. Somados, os integrantes são responsáveis por 62% do PIB global e por dois terços dos negócios internacionais. Embora o Brasil tenha participação ativa em diferentes fóruns da organização, nas Américas apenas os Estados Unidos, Canadá, México e Chile são países-membros.

Segundo Cozende, discussões iniciadas na OCDE costumam influenciar decisões de outros órgãos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU), o que torna mais relevante ainda a importância da participação brasileira.

“A OCDE faz recomendações que registram as melhores práticas em determinada área. Participar da formulação disso, indica que o país vai ter influência na formulação desses padrões. Embora não seja uma organização global, como são países grandes e importantes economicamente, o padrão acaba se tornando internacional”, explicou o diplomata.

Apesar de já ser um parceiro-chave e participar de 23 diferentes órgãos da OCDE, o acesso como membro sinalizaria um compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente, segundo avaliações do governo brasileiro.

A formalização da candidatura depende da adequação do país com 237 recomendações. O Brasil já aderiu a 36 dessas normas e pediu a adesão de outros 74 instrumentos.

O representante do Itamaraty considerou positiva a adequação das políticas brasileiras às recomendações da OCDE. Segundo ele, os ministérios encontraram dificuldades em apenas 10% delas. Em outros 15% foram encontrados conflitos com a legislação, mas os órgãos concordaram com o conteúdo.

Atualmente, há três países em processo de integração à OCDE: Colômbia, Costa Rica e Lituânia. Outros cinco, além do Brasil, entraram com pedidos de candidatura: Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia.

Comissão aprova prazo para extinção de registros de empresas

22/05/2018 – Fonte: Contábeis.com

Fim da Burocracia para fechamento das empresas no Brasil ?



A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou projeto que dá o prazo de cinco dias úteis, após a baixa da empresa, para que todos os registros dela sejam extintos da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). A proposta é de autoria do senador Hélio José (Pros-DF).

O Projeto de Lei [8239/17](#) altera a lei que criou a Redesim ([11.598/07](#)), um sistema integrado, envolvendo as três esferas administrativas do serviço público (União, estados e municípios), que possibilita ao empresário dar entrada a todos os documentos necessários para abrir, alterar ou fechar a empresa em um único local ([Junta Comercial](#) do estado).

A rede foi criada para melhorar o ambiente de negócios no País. Sem ela, por exemplo, uma pessoa que deseje abrir uma empresa de venda de mercadorias precisa obter registro em órgãos diferentes como a [Junta Comercial](#) (registro legal), Receita Federal ([CNPJ](#)) e Secretaria Estadual da Fazenda (inscrição estadual).

A lei já obriga a baixa da empresa solicitante em todos os órgãos da Redesim, mas sem impor um limite temporal. Segundo o relator do projeto, deputado Helder Salomão (PT-ES), a ausência desse limite “pode tornar [o empresário] refém da lentidão burocrática ainda presente em muitos órgãos administrativos”.

“A proposta prevê a extinção de qualquer registro do empresário, não dando margens a intermináveis demandas administrativas que solicitem ao empresário a comprovação de sua efetiva baixa”, acrescentou Salomão.

Tramitação

A matéria tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- ÍNTEGRA DA PROPOSTA:
- [PL-8239/2017](#)

Liminar no STF traz insegurança no pagamento de ISS pelas empresas

22/05/2018 – Fonte: Contábeis.com

A reforma do imposto municipal está suspensa e especialistas recomendam atenção e provisionamentos



A liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, em março deste ano impedindo a cobrança de Imposto Sobre Serviços (ISS) nos municípios em que é prestado um serviço ainda traz insegurança aos empresários.

Segundo o sócio do Zilveti Advogados, Fernando Zilveti, as empresas que são contra a aplicação da Lei Complementar 157/2016, conhecida como reforma do ISS, foram apenas parcialmente protegidas pela liminar. “Os contribuintes ficam protegidos de um lado e expostos de outro, pois os municípios onde os serviços destas companhias são prestados podem querer cobrar lá na frente o ISS que não foi recolhido durante esse período”, afirma.

Criada em 2016, a lei trouxe polêmica, à época, ao estabelecer a incidência de ISS sobre serviços sobre os quais não incidia antes, como aplicativos e sites de *streaming* tais quais Netflix, Spotify e Amazon Prime. Um dos objetivos da legislação era justamente abarcar essas tecnologias disruptivas, das quais era difícil cobrar impostos no modelo antigo.

A outra meta era acabar com a guerra fiscal, com cidades que ofereciam incentivos fiscais para atrair empresas, em uma situação parecida com a que ocorre com os estados no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ([ICMS](#)) .

No entanto, a solução adotada não agradou a todos. O especialista em direito tributário do Demarest Advogados, Douglas Mota, entende que a Lei Complementar não possuía competência para definir qual cidade pode recolher ISS e que a melhor solução era tornar definitiva a cobrança em cima do município de estabelecimento do prestador de serviço.

“Operacionalmente, fica muito difícil a arrecadação se pulverizar a competência para os locais em que o serviço é prestado”, esclarece.

Zilveti ressalta que muitos municípios não possuem sequer a tecnologia necessária para fazer a fiscalização no modelo proposto pela Lei Complementar. Para o advogado, por mais que cobrar no local de consumo de um determinado serviço seja correto para reduzir a concentração de riqueza em alguns municípios, é algo operacionalmente difícil de implementar.

O caso do Netflix é um exemplo disso, visto que a empresa norte-americana sabe quando um usuário assiste a um filme ou série, o que permite que haja o controle de onde está havendo o consumo. Contudo, seria difícil para o fisco municipal saber como arrecadar em cima desta informação. “Muitos municípios não teriam nem máquina de arrecadação, então falta tecnologia e capacidade das cidades pequenas. Seria mais fácil concentrar em um município só, mas isso quem vai definir é o plenário do STF”, explica.

Supremo

Apenas o plenário da mais alta Corte do País pode encerrar o tema definitivamente, determinando se o município que pode arrecadar ISS sobre um determinado serviço é aquele em que reside o prestador ou se é o local onde houve o consumo ou atendimento. Contudo, os especialistas lembram que este julgamento não está no topo da lista de prioridades do STF, pois mesmo levando em consideração apenas as matérias tributárias, há casos mais urgentes no horizonte dos ministros.

“É difícil prever quando o STF vai resolver isso, porque há vários temas de peso tomando o tempo do tribunal”, comenta Douglas Mota.

Na opinião do especialista, o melhor que as empresas podem fazer neste cenário é acompanhar com cuidado o desenrolar do caso e provisionar valores para pagar os municípios caso a lei volte a valer.

NF-e versão 4.0 será obrigatória a partir de 2 de julho; saiba o que muda

22/05/2018 – Fonte: Contábeis.com

NF-e versão 4.0 será obrigatória a partir de 2 de julho; saiba o que muda

A partir de 2 de julho o Governo Federal deixará de aceitar notas fiscais eletrônicas antigas, e exigirá a emissão de notas pela versão atualizada 4.0.



A partir de 2 de julho o Governo Federal deixará de aceitar notas fiscais eletrônicas antigas, e exigirá a emissão de notas pela versão atualizada 4.0.

Se você vende produtos (bens e mercadorias), precisa se adaptar às alterações do documento.

Apesar da obrigatoriedade do novo layout ter sido prorrogada para julho deste ano (o prazo inicial era abril de 2018), desde novembro de 2017 já estava aberto o ambiente de homologação para testes e em 4 de dezembro começou a funcionar na prática o

ambiente 4.0. O arquivo [XML](#) da [nota fiscal](#) eletrônica passará a ter uma nova organização e será necessário ter um sistema preparado para a alteração.

Mesmo com a proximidade do prazo, muitos profissionais têm dúvidas sobre as principais mudanças. É necessário ficar atento às novas regulamentações e migrar em definitivo para o novo layout, a fim de não perder o prazo com notas fora do padrão.

A previsão, até o momento, é que o modelo antigo será desativado e não mais aceito pelos órgãos do governo (Sefaz) a partir de 2 de julho.

A Nota Técnica 2016.002 que trata sobre o layout NF-e 4.0 foi divulgada em novembro de 2016 pela Encat (Coordenação Técnica do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais).

Principais mudanças

Listamos as principais modificações, ou seja, àquelas que vão trazer, de início, impacto no dia a dia dos profissionais da contabilidade:

- ✓ A partir da obrigatoriedade, o protocolo SSL não será mais o padrão na comunicação. Será usado o protocolo TLS 1.2 ou superior, que deve proporcionar mais segurança para as empresas.
- ✓ Os campos relativos ao Fundo de Combate à Pobreza (FCP) para operações internas ou interestaduais com [substituição tributária](#) também terão novidades. O novo layout permitirá identificar o valor referente ao percentual de [ICMS](#).
- ✓ O campo indicador de pagamento também muda e passa a integrar o Grupo de Informações de Pagamento. Nele, há a previsão do preenchimento de dados com os valores de troco, além de ser preciso informar a forma de pagamento – cartão (débito ou crédito), dinheiro, cheque ou vale-alimentação.
- ✓ Outras mudanças que também precisam ser consideradas:
- ✓ No Grupo de Identificação da NF-e, o campo indicador de presença (indPres) pode ser preenchido com a opção 5.
- ✓ O Grupo X (Informações do Transporte da NF-e) foi alterado para a inclusão de novas modalidades de frete (id X02)
- ✓ Há um novo grupo chamado “Rastreabilidade de produto” (Grupo I80) que permitirá rastrear produtos sujeitos a restrições sanitárias.
- ✓ No caso de medicamentos, o código da Anvisa deve ser informado sempre em campo específico
Sage e Sieg

Artigo: Brasil não pode esquecer lição de “O Lobo de Wall Street”

22/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo



No comércio exterior, precisamos tratar os países importadores como nossos consumidores e lidar com as vendas externas como lidamos com qualquer outra venda, sem envolver ideologia ou política.

Lembram daquela famosa cena do filme “O Lobo de Wall Street” em que o personagem principal desafia seus colegas com a frase “venda-me esta caneta”? Esse exercício, que ficou comum em entrevistas de emprego, mostra que o sucesso da venda não se resume às qualidades e às funcionalidades do produto e deve levar em conta as

necessidades do consumidor. O mercado é determinado pela oferta e demanda. E o consumidor compra o que quer e o que precisa.

Mais do que isso: A venda é o que o guru de marketing norte-americano Philip Kotler chamava de "a arte de criar um genuíno valor para o cliente", ao invés de "achar jeitos criativos de se dispor daquilo que você produz". Antes de começar qualquer venda, o vendedor precisa conhecer bem o cliente, as demandas dele, os gostos e as preferências. O que ele espera do produto.

No comércio exterior, precisamos tratar os países importadores como nossos consumidores e lidar com as vendas externas como lidamos com qualquer outra venda, sem envolver ideologia ou política.

Será que estamos fazendo o que precisamos para "vender a caneta" no comércio internacional de produtos do agronegócio? Conhecemos bem os mercados e as demandas dos nossos clientes? Estamos atentos às exigências sanitárias e fitossanitárias dos países importadores?

Precisamos lembrar que os requisitos sanitários e fitossanitários são diferentes para cada mercado importador. E que os países importadores exigem que sejam apresentadas garantias de cumprimento desses requisitos no momento da venda.

Quando essas exigências não são absurdas ou discriminatórias, mesmo sendo diferentes, precisam ser observadas. E cumpridas à risca. Ou renegociadas, caso não seja possível cumpri-las. Uma vez que as condições são postas, temos que cumprir. Afinal, a decisão de comprar é do país importador, nosso cliente.

Atendimento personalizado

Vários países compradores se queixam dessa falta de atendimento personalizado. Agimos como se tivéssemos uma estratégia de atacado, esquecendo do cuidado que o varejista sabe que precisa ter com cada cliente.

Vou citar só alguns exemplos. Um deles é o uso da ractopamina na produção de carnes, principalmente, de suínos. É um medicamento com efeito anabólico, promotor de crescimento de carne magra.

Dentro de limites máximos de resíduo na carne, a ractopamina é autorizada pelo Codex Alimentarius, que é o organismo internacional de segurança alimentar. Mas ainda assim, é proibida por vários países, dentre eles a Rússia, a União Europeia e a China.

A ractopamina permite otimizar custos, produzindo mais carne com menos animais.

Numa conversa que tive com produtores de suínos, me falaram que o ganho comercial é de cerca de 8%. Mas não há o que discutir em relação aos mercados que proíbem o uso de substância.

Para vender nesses mercados, precisamos obedecer a exigência, segregando a produção e apresentando garantias de que a carne é livre de ractopamina. Como em qualquer venda, se o cliente não quer comprar um produto com ractopamina, nossas opções são produzir o que ele quer ou aceitar não vender.

Outro exemplo notório são os cultivares transgênicos: soja, milho, trigo etc. Há vários países que restringem o cultivo no seu território e a importação de organismos geneticamente modificados (OGMs). Em geral, só podem ser exportados para um determinado país os cultivares com OGMs registrados naquele país específico.

Além das restrições comerciais, vários países implementaram regras rígidas de rotulagem de OGMs. Coreia do Sul e Japão são exemplos de países que impõe várias restrições em relação às importações de grãos transgênicos. A Coreia do Sul, por

exemplo, importa soja não transgênica do Brasil e exige garantias de segregação dos cultivos. Novamente, as opções que temos são atender o que nosso cliente quer ou deixar de vender para esse cliente.

Aqui no Brasil, o uso de substâncias como a ractopamina na produção de carnes e o cultivo de grãos transgênicos registrados são permitidos e considerados seguros para o consumo da população. Mas precisamos respeitar as normas e as preferências de outros países. Respeitar as tradições, a cultura e a religião.

Nessa última questão, vamos ainda mais longe. O abate Halal de animais para a produção de carnes, segundo os rituais islâmicos, sequer é regulamentado pela legislação brasileira. Mas precisa ser seguido, quando produzimos carnes para vender para os países árabes, que consomem cerca de 40% de toda a carne bovina exportada pelo Brasil (Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes, entre outros).

Este é um exemplo positivo de atenção ao cliente: mesmo sem a regulamentação, vários de nossos produtores atendem os requisitos do abate Halal para poder concretizar a venda de seus produtos.

Acompanhamento constante

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem uma base de dados com todos os certificados e protocolos sanitários e fitossanitários negociados com os parceiros comerciais do Brasil. Os produtores sempre podem consultar esses dados e se preparar para atender às exigências dos países importadores.

Além disso, o MAPA recebe todas as notificações dos países estrangeiros sobre as inconformidades encontradas nas nossas exportações de alimentos. As notificações são, normalmente, públicas e também podem ser encontradas nos sites das agências sanitárias e fitossanitárias dos países importadores.

Esse acompanhamento constante é essencial para um adequado "atendimento ao cliente" e "pesquisa de satisfação", imprescindíveis em qualquer transação comercial. É importante visitar bastante os nossos clientes para conhecê-los melhor. Ouvir suas necessidades, com consideração. Entender melhor seus anseios e os desejos. Cativar aquele cliente e dar uma atenção individualizada.

Precisamos, também, estar atentos à concentração da nossa participação nos mercados importadores em determinados produtos. Ter em mente que a segurança alimentar envolve, além da sanidade e qualidade dos produtos, a segurança no fornecimento.

Países importadores, que dependem das compras de alimentos do exterior para alimentar suas populações, preocupam-se com a concentração do fornecimento em poucos países, e é natural que procurem diversificar o fornecimento.

Precisamos observar, também, o interesse dos países parceiros em exportar seus produtos do agronegócio para o Brasil. Estar prontos para abrir o mercado brasileiro para os produtos dos nossos parceiros.

Declarações agressivas na imprensa, repercutidas no mundo todo, ofendem os nossos parceiros e clientes. Alegar preconceito contra o Brasil e contra os nossos produtos, chamar os nossos clientes de pouco competitivos e protecionistas na área do agronegócio, ou, às vezes, falar que não precisamos deles, porque temos muitos outros mercados, são atitudes que pouco ajudam a estabelecer relações sólidas e duradouras.

Entre tudo que foi publicado quando da imposição das restrições do bloco europeu à carne de frango brasileira, a reação mais razoável foi a do CEO interino da BRF, Lorival Luz. Conforme publicado pela ISTOÉ, ele afirmou que "diante do bloqueio às

exportações de aves da BRF para a União Europeia, [...] a companhia se adequará às condições impostas pela UE para atender aos mercados”. É isso o que deve ser feito. E é isso que qualquer um de nós, quando na posição de consumidores, espera de um fornecedor.

Theodore Levitt, outro guru de marketing estadunidense, falava que o “objetivo de um negócio é conseguir e manter o cliente. Sem os clientes, nenhum montante de engenharia criativa, financiamento inteligente ou expertise profissional vão sustentar o funcionamento da empresa.”

Exportar é uma decisão de mercado. A tarefa de vender no mercado internacional tem que ser encarada com profissionalismo e visão estratégica. O nosso agronegócio é poderoso e muito competente. Precisamos cativar nossos clientes para garantir a sustentabilidade do agro.

Tatiana Palermo é Mestre em Direito Empresarial Internacional e expert em gestão estratégica

Demissão de funcionária obesa não é discriminação, diz TST

22/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Para juíza, a obesidade, embora grave, não é contagiosa e não gera necessariamente sinais de repulsa nos seus portadores

Demitir um funcionário obeso não é um dos casos entendidos como “dispensa discriminatória” e, portanto, com direito a reintegração e indenização. Esta foi a interpretação da 8ª. Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ao julgar um recurso de uma ação trabalhista.

Na reclamação, uma ex-auxiliar de enfermagem da Rede D’Or São Luiz alegou ter sido dispensada do trabalho por ser obesa e possuir um tumor na língua. Os juízes tanto de primeira como de segunda instância deram razão à funcionária e determinaram a reintegração ao trabalho e uma indenização por danos morais de R\$ 10 mil. Para eles, a empresa teria agido de forma arbitrária e discriminatória em um momento em que a auxiliar de enfermagem necessitava de ajuda.

Para fundamentar a sentença, citaram a [súmula 443 do TST](#) que prevê a reintegração ao trabalho de funcionário demitido quando portador de doença grave que gere estigma ou preconceito.

A empresa, então, recorreu ao TST e, nesse quesito, acabou tendo seu ponto de vista vencedor. Além de insistir que a demissão não estava relacionada à enfermidade da profissional, esclareceu que o tumor na língua era benigno e sustentou que nem por ele e nem pela obesidade a demissão da ex-empregada poderia ser enquadrada no disposto da súmula 443.

Para a ministra Dora Maria da Costa, relatora da decisão, a obesidade, embora grave, não é contagiosa e não gera necessariamente sinais de repulsa nos seus portadores. “Não é o fato de o trabalhador possuir doença grave que atrai a presunção acerca do viés discriminatório de sua dispensa”, explicou.

“O quadro clínico, além de grave, deve suscitar preconceito ou estigma nas demais pessoas, de modo a se presumir a discriminação em razão do próprio senso comum que permeia o tratamento social dado a determinadas doenças”.

Para ela, a sentença de primeira instância – dada pela 2ª Vara do Trabalho de Santo André (SP) – e o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) deveriam

ser revisados por estarem em “flagrante descompasso” com a jurisprudência. O voto da ministra foi seguido pelos outros magistrados.

Medida Provisória extingue Fundo Soberano

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer editou a Medida Provisória (MP) 830/2018, que extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB) e o Conselho Deliberativo do FSB. A medida está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 22. O fundo foi criado há oito anos, em dezembro de 2008, para ser uma espécie de “poupança” a ser utilizada em caso de crise.

Os recursos do fundo vão para o caixa do governo e serão usados para pagamento da dívida pública federal. O governo tomou a decisão de extinguir o fundo como forma de garantir o cumprimento da regra de ouro em 2018.

A regra de ouro tem como objetivo evitar que a União se endivide para pagar gastos correntes, como despesas com pessoal e investimentos, empurrando a conta para governos futuros. Como o **Broadcast**, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado informou, a extinção do fundo deve ajudar no cumprimento da regra de ouro em R\$ 26 bilhões.

Segundo a MP, a Secretaria do Tesouro Nacional adotará as medidas necessárias ao cumprimento da extinção e o Ministério da Fazenda encaminhará o último relatório de desempenho do FSB ao Congresso Nacional até o fim do trimestre seguinte à data de extinção do fundo.

Adesão a acordo da poupança será feito por advogados, em site específico

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A adesão ao acordo da caderneta de poupança, referente às perdas ocasionadas pelos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, será feita por meio do advogado ou do defensor público à frente da causa, em plataforma eletrônica disponibilizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O endereço do site é o www.pagamentodapoupanca.com.br.

A plataforma eletrônica para adesão ao acordo começará a funcionar nesta terça-feira, 22. Ela será oficialmente lançada em cerimônia no Palácio do Planalto, marcada para as 9h30, com a participação do presidente da República, Michel Temer.

A adesão ao acordo, que foi intermediado pela Advocacia-Geral da União (AGU), é voluntária. Quem aderir vai ter sua ação extinta na Justiça. Terão direito ao pagamento das perdas os poupadores com ações na Justiça e também seus herdeiros.

Serão 11 lotes de adesão, conforme a idade do poupador. O primeiro reúne os poupadores nascidos antes de 1928. O nono lote reúne os poupadores mais jovens, nascidos após 1964. Já o lote décimo será de herdeiros ou inventariantes, enquanto o 11º será formado por pessoas que entraram em juízo entre janeiro e dezembro de 2016.

Fechado em dezembro do ano passado entre bancos e representantes de poupadores, o acordo sobre as perdas na poupança foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início deste ano. Com ele, mais de 1 milhão de ações que tramitam em várias instâncias da Justiça brasileira poderão ser encerradas.

Os processos solicitam o pagamento de perdas ocasionadas pelos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor II (1991).

Plataforma para adesão a acordo da poupança começa a funcionar nesta terça

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A plataforma eletrônica para adesão ao acordo da caderneta de poupança, referente às perdas ocasionadas pelos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, começará a funcionar nesta terça-feira, 22. De acordo com a Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo), que participou das negociações do acordo, a plataforma será oficialmente lançada às 9h30, em evento no Palácio do Planalto.

Fechado em dezembro do ano passado entre bancos e representantes de poupadores, o acordo sobre as perdas na poupança foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início deste ano. Com ele, mais de 1 milhão de ações que tramitam em várias instâncias da Justiça brasileira poderão ser encerradas. Os processos solicitam o pagamento de perdas ocasionadas pelos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor II (1991).

Desde o fim de abril, a plataforma que será usada pelos poupadores para adesão ao acordo vinha passando por testes. A expectativa era de que, de fato, ela fosse oficialmente apresentada no fim de maio, em cerimônia com a presença do presidente da República, Michel Temer.

A ideia é que o governo Temer possa colher os frutos políticos do acordo, que resolve uma disputa bilionária que se arrastou por décadas. O próprio Temer afirmou, em abril, que o pagamento aos poupadores representará a injeção de R\$ 12 bilhões na economia. Esta cifra, no entanto, nunca foi oficialmente confirmada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) ou pelas entidades de defesa do consumidor.

A adesão ao acordo, que foi intermediado pela Advocacia-Geral da União (AGU), é voluntária. Quem aderir vai ter sua ação extinta na Justiça. Terão direito ao pagamento das perdas os poupadores com ações na Justiça e também seus herdeiros. A adesão será feita por meio da plataforma na internet, conforme a idade de cada poupador.

Serão 11 lotes de adesão, sendo que o primeiro reúne os poupadores nascidos antes de 1928. O nono lote reúne os poupadores mais jovens, nascidos após 1964. Já o lote décimo será de herdeiros ou inventariantes, enquanto o 11º será formado por pessoas que entraram em juízo entre janeiro e dezembro de 2016.

Os pagamentos a serem feitos vão incluir o valor dos expurgos inflacionários corrigidos monetariamente, os juros remuneratórios e os honorários advocatícios. Para valores acima de R\$ 5 mil, vão incidir descontos progressivos de 8% a 19%.

Quem tem direito a até R\$ 5 mil receberá em uma única parcela à vista. Entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, serão pagos uma parcela à vista e duas semestrais. A partir de R\$ 10 mil, serão pagos uma parcela à vista e quatro semestrais.

Os pagamentos começam em até 15 dias depois da validação das habilitações pelos bancos. O dinheiro será creditado em conta corrente.

Consumidores esperam inflação maior para os próximos 12 meses, diz FGV

22/05/2018 – Fonte: G1

Expectativa para a taxa nos 12 meses seguintes passou de 5% em abril para 5,3% em maio, aponta pesquisa.

A expectativa mediana dos consumidores brasileiros para a inflação nos 12 meses seguintes passou de 5% em abril para 5,3% em maio, retornando ao nível de março

passado, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na comparação com o mesmo período no ano anterior, houve recuo de 1,8 ponto percentual.

“O aumento da expectativa de inflação dos consumidores em maio deve ser analisada com cautela, uma vez que a taxa prevista para os próximos 12 meses, na faixa dos 5%, é ainda baixa em termos históricos”, diz o economista Pedro Costa Ferreira, da FGV, em comentário no documento.

Por outro lado, segundo ele, acende-se uma luz amarela em relação à possibilidade de que a alta do dólar em abril e maio seja o motivo para uma expectativa por uma inflação maior nos próximos meses. “Essa percepção pode ainda estar sendo aprofundada pela incerteza provocada pela instabilidade do ambiente político.”

Na distribuição por faixas de inflação prevista, 45,9% dos consumidores projetam valores dentro dos limites de tolerância (3% a 6%) da meta de inflação de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano.

A proporção de consumidores indicando valores abaixo do limite inferior (3%) saiu de 23,5% para 22,2% do total entre abril e maio. Previsões entre o limite inferior (3%) e a meta (4,5%) foram as que ocorreram com maior frequência, tendo sido citadas por 27,1% dos entrevistados, destaca a FGV.

A expectativa de inflação avançou em todas as faixas de renda. A maior alta ocorreu na faixa de consumidores com renda familiar até R\$ 2.100, cujas expectativas de inflação foram de 5,8% em abril para 6,5% em maio.

Efeito na inflação é pequeno, dizem analistas

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, com reflexos diretos para o diesel e a gasolina, e a disparada do dólar em relação ao real têm, por enquanto, efeito discreto na inflação deste ano, segundo economistas.

Nas contas da consultoria GO Associados, o impacto do dólar e dos combustíveis até o momento é de 0,43 ponto porcentual. Isto é, para um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) inicialmente projetado em 3,5% para 2018, a inflação subiria para 3,93%. Mesmo assim, o IPCA ainda ficaria abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central, que é de 4,5% ao ano.

“Não é um cenário preocupante, por enquanto, mas é para ser monitorado”, pondera Luiz Castelli, economista responsável pela projeção. Ele frise que a estimativa é conservadora. Ele considerou o preço médio de US\$ 74 por barril de petróleo e o dólar a R\$ 3,70. E ambas as cotações estáveis até dezembro.

Nas contas da Tendências Consultoria Integrada, o impacto da alta dos combustíveis deve ser de 0,30 ponto porcentual no IPCA deste ano. Por enquanto, Marcio Milan, economista da consultoria, diz que a projeção para o IPCA está mantida em 3,7% para este ano.

“A inflação aguenta ‘desaforo’ porque segue muito abaixo do centro da meta de 4,5%”, diz o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Ele projeta um IPCA de 3,4% para este ano e não alterou a estimativa por causa do combustível e do câmbio.

Os economistas concordam que a fraqueza da atividade impede o repasse de custos para o preço ao consumidor.

Impacto do cenário externo na inflação levou Copom a manter juros em 6,5% ao ano, diz BC

22/05/2018 – Fonte: G1

Impacto do cenário externo na inflação levou Copom a manter juros em 6,5% ao ano, diz BC

Alta dos juros nos EUA, que também gerou aumento do dólar, pesou na manutenção dos juros no Brasil e diminuiu o risco de a inflação ficar abaixo da meta, segundo BC.

O Banco Central informou nesta terça-feira (22) que o "choque externo", com alta dos juros nos Estados Unidos – que tem pressionado o dólar no Brasil – pesou a favor da manutenção dos juros básicos da economia em 6,5% ao ano na semana passada na economia doméstica.

De acordo com a instituição, esse choque reduziu as chances de a inflação permanecer abaixo da meta no horizonte relevante (até 24 meses). Para este ano, a meta central é de 4,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de modo que pode oscilar entre 3% e 6%. Em 2017, a inflação ficou abaixo do piso da meta de 3%.

"Pesando o cenário básico e o balanço de riscos, o Comitê concluiu que a decisão de manter a taxa de juros no atual patamar era a mais apropriada", acrescentou a autoridade monetária. As avaliações foram feitas por meio da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada nesta terça-feira (22).



Copom mantém a Selic em 6,5% ao ano

Alta do dólar

O Copom informou que também foi debatida a "possível interpretação, por agentes econômicos, de que a política monetária [definição dos juros para atingir as metas de inflação] estaria reagindo mecanicamente à evolução recente da taxa de câmbio".

"Os membros do Comitê entendem que pode haver impactos do choque externo na economia brasileira, mas enfatizaram que é essencial entender que a política monetária não reagirá a esses impactos de forma automática, uma vez que suas implicações para a política monetária dependem da forma como o choque poderá se transmitir às expectativas, às projeções de inflação e ao balanço de riscos", acrescentou.

Acrescentou, porém, que o foco da política de definição dos juros será nos "impactos secundários sobre a inflação (ou seja, na propagação a preços da economia não diretamente afetados pelo choque) e que, em um contexto de expectativas de inflação ancoradas, esses efeitos tendem a ser mitigados pelo elevado grau de ociosidade na economia". "Choques externos devem ser combatidos apenas no impacto secundário que poderão ter na inflação prospectiva [previsões]", concluiu o Copom.

Comunicação do BC

O Banco Central também avaliou o fato de que a comunicação recente de integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) "parecia ter sido interpretada por parte do

público como indicativa de decisão na direção de uma redução adicional da taxa de juros".

Na semana anterior à reunião do Copom, em entrevista à GloboNews, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, ao ser questionado se o cenário econômico traçado, de que poderia haver um "corte moderado de juros" havia mudado depois da recente valorização do dólar e alta do petróleo, disse que o BC, num regime de metas de inflação, "olha para a inflação, para expectativas de inflação, a atividade". E acrescentou: "É isso que importa para a decisão."

Na ata do Copom, divulgada nesta terça-feira, o BC informou que "ao final, prevaleceu o entendimento de que focar na melhor decisão possível dado o conjunto de informações disponíveis no momento resulta, ao longo do tempo, em maior credibilidade para a política monetária [definição dos juros para atingir as metas de inflação]".

Real seguiu mesmo movimento de outras moedas de países emergentes, diz Guardia

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, repetiu nesta segunda-feira, 21, que a desvalorização do real em relação ao dólar é um movimento global e lembrou que o Banco Central aumentou a intervenção no mercado para conter a volatilidade da moeda.

"O real tem tido o mesmo movimento de outras moedas de países emergentes. O Banco Central aumentou a quantidade de swaps oferecidos ao mercado para evitar excesso de volatilidade", afirmou, em teleconferência com a imprensa estrangeira.

Na visão do ministro, a alta do dólar se deve à normalização da política monetária dos Estados Unidos. "É algo que não podemos evitar, não temos como evitar essa tendência. Tudo que podemos fazer é tentar evitar excessos de volatilidade", respondeu.

Liquidez confortável

Guardia citou que o Brasil tem um colchão de liquidez confortável e não possui grande endividamento em dólar. Ele elencou o nível das reservas internacionais e o pequeno déficit nas contas externas, que é totalmente financiado por investimentos estrangeiros.

Juros baixos

Ele pontuou ainda que os juros básicos da economia estão no menor patamar histórico. "O Brasil tem situação diferente de outros emergentes, porque reservas internacionais fortes", completou.

Reformas

O ministro voltou a dizer ainda que o governo vai continuar a agenda de reformas e citou as medidas estruturais já aprovadas, como o teto de gastos, a reforma trabalhista e nova lei das estatais.

"Temos muito a fazer, sobretudo a reforma da Previdência, que pretendemos aprovar no começo do próximo ano. Estamos trabalhando também pela privatização da Eletrobras", acrescentou.

Segundo o ministro, a agenda de reformas é importante para que o país mantenha o que conquistou e tenha crescimento sustentável para os próximos anos.

Projeção para PIB

Ele citou medidas apresentadas para aumento da produtividade e confirmou que na terça-feira, 22, o governo deve divulgar uma nova previsão para o crescimento do PIB, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas.

O ministro não adiantou a novo parâmetro.

Mais da metade dos COEs renderam menos que a Selic no ano passado

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Lançado há menos de cinco anos, o Certificado de Operações Estruturadas (COE) vem ganhando destaque nas prateleiras de bancos e das corretoras por oferecer a combinação entre a segurança da renda fixa e os ganhos da renda variável. Mas, se por um lado o novo produto atrai o investidor, por outro ainda não fez jus à fama obtida desde seu lançamento.

Segundo dados da B3, 54,23% dos COEs vencidos ou resgatados em 2017 tiveram desempenho inferior ao CDI (certificado de depósito interbancário, que tem variação muito semelhante à da taxa básica de juros, a Selic). Desse universo, 4,69% tiveram rentabilidade igual a zero.

O COE combina parte de seu caixa em renda fixa e outra, geralmente menor, em ativos de maior risco, como derivativos e até mesmo ações no exterior. O aporte inicial na maioria das corretoras é de R\$ 5 mil, mas há algumas em que se pode aplicar R\$ 1 mil.

Um dos seus principais atrativos é oferecer proteção ao capital investido. Na pior das hipóteses, o investidor resgata o valor aplicado inicialmente. Por isso, soa como uma opção de baixo risco.

Para especialistas, com a queda da Selic, que bateu 14,25% ao ano em 2016 e está em 6,50% hoje, investidores passaram a diversificar a carteira de aplicações para potencializar seus rendimentos, e o COE ganhou espaço nessa equação. Em 2018, ele já teve crescimento de 22,8% no estoque total, somando R\$ 15,345 bilhões.

Liquidez

O investimento, porém, é apontado por gestores como um produto complexo e que merece atenção do aplicador. O produto tem baixa liquidez e imobiliza o capital por períodos que variam de dois a sete anos.

Para o gestor Dennis Kac, da Brainvest, mesmo oferecendo proteção ao capital, para fazer essa aplicação é preciso também levar em conta o custo de oportunidade, ou seja, o que você deixaria de ganhar em outras aplicações ao fazer um investimento.

No caso do COE, como o capital fica imobilizado por períodos longos, pode haver perdas significativas no longo prazo.

“Aplicando em renda fixa é possível conseguir rendimentos de cerca de 8,5% ao ano. Em três anos você poderá ter deixado de ganhar mais de 25% do capital investido”, diz Kac.

Ele também acredita que, por conta da complexidade do produto, é difícil que investidores comuns consigam analisar, sem ajuda de profissionais, se os riscos que correm ao investir são equivalentes à rentabilidade que podem obter.

Para João Pedro Araujo, gestor da HOA Asset, o alto custo de estruturação desses produtos é uma das principais causas do desempenho baixo.

“As taxas giram de 4% a 10% na cabeça do produto”, diz Araujo. Ou seja, quem investiu R\$ 100 mil pode pagar até R\$ 10 mil em taxas para o gestor.

Alternativa

O gerente comercial da corretora Easynvest, Fabio Macedo, afirma porém que o COE pode ser uma alternativa interessante, especialmente para o público que deseja investir em ativos no exterior com poucos recursos, sem correr risco de comprometer o valor investido inicialmente. Segundo ele, 76% dos COEs liquidados na corretora tiveram rentabilidade superior ao CDI no ano passado.

O professor de finanças do Insper, Michael Viriato, faz um alerta para a diversidade que há entre os COEs e, por isso, recomenda olhar com cuidado o que está sendo oferecido dentro de cada produto.

“É um produto sensacional, que abre uma série de possibilidades ao investidor com menos recursos. Mas, é preciso saber separar os produtos bons dos ruins”, recomenda Viriato.

Brasil possui instrumentos para intervir no mercado de câmbio, diz Guardia

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, enfatizou nesta segunda-feira, 21, que o Brasil possui os instrumentos para intervir no mercado de câmbio e reiterou que o Banco Central continuará atuando para evitar o excesso de volatilidade na cotação do real frente ao dólar.

“Não temos pressão para rolar a dívida, porque temos um forte colchão de liquidez”, afirmou Guardia, em teleconferência com a imprensa internacional.

O ministro voltou a citar o elevado nível das reservas internacionais do País.

Dólar abre em queda e vai R\$ 3,65 após intervenção do BC

22/05/2018 – Fonte: G1

Na véspera, moeda dos EUA fechou em queda de 1,4%, a R\$ 3,6886 na venda, após intervenção mais forte do Banco Central.

O dólar abriu em queda nesta terça-feira (22), após ter interrompido na véspera a sequência de seis altas seguidas. O movimento está alinhado com o cenário externo e reflete ainda a atuação mais firme do Banco Central no mercado de câmbio desde a véspera.

Às 9h21, a moeda dos EUA caía 0,75%, a R\$ 3,6611 na venda. Na mínima do dia, chegou a R\$ 3,6546 [Veja mais cotações](#).

Na véspera, o dólar fechou em queda de 1,4%, a R\$ 3,6886, após o Banco Central aumentar a oferta da moeda americana no mercado.

Nos seis pregões anteriores, o dólar havia subido e acumulado valorização de mais de 5%, chegando próximo do patamar de R\$ 3,80.

Nas últimas semanas, a moeda dos EUA disparou em relação a outras, com os investidores apostando que a taxa de juros nos Estados Unidos terá que subir mais vezes este ano para conter a inflação.

Com taxas mais altas, o país se tornaria mais atraente para investimentos aplicados atualmente em outros mercados, como o Brasil, motivando assim uma migração de

recursos para os Estados Unidos. Esse movimento traz uma tendência de alta do dólar em relação às demais moedas.



Dólar interrompe a sequência de seis altas seguidas

Com a disparada do dólar, o Banco Central decidiu triplicar a oferta de contratos de "swap cambial", que correspondem à venda de dólar no mercado futuro.

Nesta sessão, será realizado leilão de até 4.225 swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares, para rolagem do vencimento de junho. Também ofertará até 15 mil novos swaps, segundo dia de oferta reforçada. Até semana passada, o BC vinha ofertando 5 mil contratos nos leilões de swap tradicional, realizados diariamente.

A partir de agora, o valor ofertado passará de US\$ 250 milhões para US\$ 750 milhões. A expectativa é que, com a mudança, o montante negociado até o fim de maio passe de cerca de US\$ 3 bilhões para US\$ 6,5 bilhões.

Os swaps são contratos para troca de riscos: o BC oferece um contrato de venda de dólares, mas não entrega a moeda. No vencimento desses contratos, o investidor se compromete a pagar uma taxa de juros sobre o valor deles e recebe do BC a variação do dólar no mesmo período.

Esses instrumentos servem para dar "proteção" contra variações bruscas no câmbio aos agentes que têm dívida em moeda estrangeira. Isso evita que tenham que comprar moeda no mercado à vista para se protegerem.

Apesar da atuação mais firme do BC, a trajetória de alta da moeda norte-americana não foi alterada, avaliaram especialistas ouvidos pela Reuters. Isso não só por causa da perspectiva de mais juros nos Estados Unidos, como também diante dos desafios domésticos, com eleições bastante indefinidas à frente.

Parcela de lojas com estoques adequados cai para 56,7% em maio, diz FecomercioSP

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A parcela de lojas na cidade de São Paulo com nível de estoque considerado adequado caiu de 57,1% em abril para 56,7% em maio, de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Entre os empresários que avaliaram como inadequado o nível, o levantamento mostrou que 13% disseram que os estoques estão muito baixos e outros 30% afirmaram que estão muito altos.

Com isso, o Índice de Estoques (IE) do varejo na cidade de São Paulo recuou 0,6% em maio, passando de 114,6 pontos em abril para 113,8 pontos em maio.

“O percentual de empresários com estoques elevados caiu um pouco com as vendas de Natal, mas, de lá para cá, essa evolução praticamente estancou”, afirmam em nota os analistas da FecomercioSP. Em abril, a pesquisa havia mostrado que 30% dos empresários avaliaram seu estoque como excessivo.

“Para que o percentual de empresários que consideram o estoque elevado volte ao patamar pré-crise (de menos de 25%), será necessária mais uma rodada de otimismo e crescimento das vendas, o que ocorreu de forma muito tênue e localizada – em setores como automóveis e grandes empresas – no primeiro trimestre deste ano”, segundo a assessoria econômica da FecomercioSP.

A equipe destaca que o “indicador de estoques tem sido o mais resistente e demorado a reagir à recuperação já em curso na economia desde 2017 e, agora, com essa percepção de que o primeiro trimestre do ano teve desempenho um pouco abaixo do esperado, o ajuste definitivo fica descartado para o primeiro semestre”.

O IE é mensal e começou a ser apurado em junho de 2011. São computados os dados de cerca de 600 empresários do comércio no município de São Paulo. O indicador vai de zero a 200 pontos, representando, respectivamente, inadequação total e adequação total dos estoques.

Em análise interna dos números do índice, a FecomercioSP busca identificar a percepção dos empresários relacionada à inadequação de estoques para “cima” e para “baixo”. A pesquisa é referente ao município de São Paulo, mas a base amostral reflete o cenário da região metropolitana.

Sem avanço nas negociações, greve continua na Mercedes-Benz

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Em greve desde a última segunda-feira, 14, os trabalhadores na Mercedes-Benz em São Bernardo (SP) decidiram na manhã desta segunda-feira, 21, manter a paralisação por tempo indeterminado. A decisão foi tomada após serem informados em assembleia de que não houve avanços nas negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a montadora ocorridas no fim de semana.

Haverá novas reuniões ao longo do dia e uma nova assembleia está marcada para a terça-feira, 22, às 7h30, para informes.

“Assim que acabou a assembleia na sexta-feira, comunicamos o resultado para a direção da fábrica e reforçamos que precisaríamos reabrir as conversas e avançar nas propostas”, explicou o secretário-geral do Sindicato, Aroaldo Oliveira da Silva.

“No fim de semana, voltamos à mesa de negociação, mas a empresa continuou contra a incorporação do reajuste no salário e rejeitando mudanças na fórmula de cálculo do PLR. Como não deu nenhum sinal de avanço nas conversas, a greve está mantida”, afirmou.

Na sexta-feira, os metalúrgicos rejeitaram proposta de acordo coletivo que previa a reposição salarial pelo INPC na data-base (maio) mais abono, sem incorporação nos salários.

Em campanha salarial, com data-base em maio, os trabalhadores têm mantido a fábrica parada durante todos os dias do movimento.

A planta da Mercedes-Benz em São Bernardo tem 8 mil trabalhadores.

PRF registra interrupção de rodovias por caminhoneiros em 17 Estados

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou bloqueios de caminhoneiros em 17 Estados na tarde desta segunda-feira, 21. Os motoristas protestam em todo o País pela retirada dos encargos tributários sobre o óleo diesel. Segundo a PRF, até as 16h30 as regiões

com mais interdições eram o Sul e o Centro-Oeste. Os Estados com maior número de bloqueios eram Paraná (19), Bahia (14), Minas Gerais (14) e Goiás (10).

A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) também divulgou balanço em que registrava manifestações nos mesmos 17 Estados, destacando ainda atos no entorno do Distrito Federal. Na contagem da Abcam, o Estado com maior número de paralisações é Minas Gerais, com 15, seguido da Bahia (13), do Rio de Janeiro (11) e de Santa Catarina (10).

A Abcam pede que o governo zere a carga tributária que incide sobre o óleo diesel. Também cobra a isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a receita decorrente da venda interna de óleo diesel ao transportador autônomo de cargas. Associações que representam o setor produtivo, como a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) e Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra), se mostraram preocupadas com o efeito da paralisação no escoamento da soja. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) disse que ainda é cedo para traçar potenciais prejuízos, mas destacou estar monitorando os protestos.

No Porto de Santos, caminhoneiros protestaram, mas a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) disse que o ato era pacífico, sem bloqueio à entrada de caminhões cujos motoristas queriam seguir.

O protesto começou na madrugada desta segunda-feira, e não houve interrupção no acesso ao porto. O único incidente ocorreu em acesso no município de Guarujá (SP), onde uma carreta foi desatrelada e atrapalhou o fluxo da via urbana até a região portuária. A Codesp, no entanto, disse não saber se havia relação com o protesto.

No Porto de Paranaguá, bloqueio na BR-277 impede a entrada das cargas, conforme a Administração do Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). Caminhoneiros interditam desde as 6h meia pista no km 6 da rodovia, no município de Paranaguá, segundo informações da PRF do Paraná.

O pátio de triagem do porto tinha baixa ocupação de caminhões no início da tarde desta segunda-feira, com cerca de 900 vagas livres, das 1.200 disponíveis. Segundo a Appa, em torno de 1.400 caminhões de transporte de grãos estavam programados no sistema de agendamento do porto para chegar a Paranaguá até o início da tarde, e o número de veículos que estavam agendados e não deram entrada no porto foi de 1.067.

A administração informou, contudo, que os terminais graneleiros estão com sua capacidade máxima de armazenamento ocupada, e a paralisação ainda não tem efeito sobre o carregamento dos navios.

Em Mato Grosso, Estado que lidera a produção de grãos do País, caminhoneiros bloqueavam no início da tarde a BR-364 no km 398 sentido sul, no Distrito Industrial de Cuiabá, informou a concessionária Rota do Oeste.

A manifestação começou às 7h12 do horário de Mato Grosso (8h12 de Brasília), foi interrompida ao meio-dia e retomada no começo da tarde. Outro trecho da rodovia chegou a ser bloqueado no trevo do Lagarto, km 435, em Várzea Grande, entre as 11h46 e às 14h40 (12h46 e 15h40 de Brasília).

Segundo a Rota do Oeste, está liberada a passagem de veículos de passeio, ambulâncias e veículos de carga que transportam carga viva e perecíveis. A previsão é de que a rodovia seja liberada às 18h, segundo a Rota do Oeste.

Greve contra preço do diesel causa transtornos. Veja estados mais afetados

22/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Cerca de 300 mil caminhoneiros pararam em algum momento as atividades no país nesta segunda-feira, conforme associação que representa motoristas de carga autônomos



Descontentes com a política de reajuste do óleo diesel, caminhoneiros fizeram paralisações nas cinco regiões do país nesta segunda-feira (21). Pelo menos 17 estados mais o Distrito Federal registraram manifestações com bloqueios de rodovias, em greve organizada pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que representa motoristas autônomos.

Os estados de São Paulo e Minas Gerais foram os mais afetados pelas manifestações. Levantamento da Abcam mostra que Minas foi o que teve mais pontos de paralisação, um total de 15 segundo a entidade. Cerca de 300 mil caminhoneiros pararam em algum momento as atividades no país, conforme a associação.

Os caminhoneiros pedem mudanças na política de reajuste dos combustíveis da Petrobras, com a redução da carga tributária para o diesel, além de isenção da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). "Acreditamos que o objetivo foi atingido. O que está acabando com o transporte rodoviário de carga são os impostos embutidos no óleo diesel", afirmou José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam.

Segundo ele, em média 42% do custo do frete se refere ao diesel e, quando o motorista pega um frete por R\$ 4.000, "não ganha nem para chiclete". "Ele vende o almoço para comprar a janta, pois está pingando para ele. Não tem ponto de apoio decente, não tem segurança nas rodovias e não está conseguindo manter a família com o mínimo de tranquilidade e rentabilidade."

Na maioria dos estados, os caminhoneiros desencadearam a operação tartaruga, o que deixou o tráfego lento. Em outros locais, houve interdições totais ou parciais e queima de pneus.

Em Cravinhos (SP), bloquearam a Anhanguera e pneus foram queimados no sentido interior-capital. O motorista João Alberto Mendes disse que participava do ato por não ver outra possibilidade de reverter a insatisfação do setor.

"Todos reclamam, em todos os lugares. Não é possível que todos estejam errados."

Lopes disse que a queima de pneus representa a revolta do setor e que, se houver reajuste do diesel, a situação pode piorar. "Aí vai virar guerra. Não é isso que nós queremos."

Mantendo a sua política de preços, a Petrobras anunciou que nesta terça-feira (22) faz reajuste de 0,9% no preço da gasolina, que passa a R\$ 2,0687 o litro, e no diesel, de 0,97%. O diesel acumula alta de 12,3% no mês, e deve passar a custar R\$ 2,3716 a litro. A flutuação acompanha a alta do dólar e as cotações internacionais de petróleo.

Lopes disse que, se houver negociação e a retirada de impostos do diesel, o movimento termina imediatamente. "Tivemos greve em 2013, 2014 e 2015 e não aconteceu nada. O governo criou grupos de trabalho que não resolveram nada."

Também foram registrados protestos no Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Tocantins, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e Bahia.

Segundo a Abcam, a orientação era não bloquear estradas ou queimar pneus. Mas bloqueio total ou queima de pneus foram registrados também na BR-116, no Paraná e na Bahia, na BR-101, em Santa Catarina, e no km 513 da Fernão Dias, em Minas.

De acordo com a CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos), foram registrados 188 pontos de paralisação no país, sendo 7 no Norte, 38 no Centro-Oeste, 27 no Nordeste, 55 no Sul e 61, no Sudeste.

Governo estuda saída para a crise

Diante do protesto de proporções nacionais, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que o governo busca soluções para dar previsibilidade sobre o preço de combustíveis – uma reunião foi convocada às pressas na noite desta segunda-feira (21) para discutir uma saída para a alta desenfreada dos combustíveis.

"O presidente da República, ao convocar a reunião, mostrou-se preocupado com o aumento constante dos combustíveis e ele gostaria de ver isso resolvido de forma mais palatável por parte dos cidadãos, dos caminhoneiros e por parte dos usuários do sistema de abastecimento dos combustíveis", disse.

Padilha, contudo, evitou responder a questionamentos sobre quais alternativas o governo busca para conter a alta dos preços. Ele não quis comentar a possibilidade de alteração na cobrança de impostos. E também não mencionou alteração na política de preços da estatal.

O ministro da Casa Civil disse apenas que a elevação é resultado de uma política internacional de preços que a Petrobras adotou. Ele justificou a alta do dólar e do barril de petróleo para as oscilações e disse que o governo já agendou uma reunião para terça-feira (22) com dirigentes da petroleira.

"Nós vamos tentar agora é ver se encontramos um ponto em que possa ter um pouco mais de controle nesse ponto [preços] para que os maiores interessados – cidadãos e os transportadores – possam ter mais previsibilidade", disse minutos antes de participar da reunião comandada pelo presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.

Participaram do encontro Temer, Padilha, Moreira Franco (Minas e Energia), Eduardo Guardia (Fazenda), Esteves Colnago (Planejamento), e o secretário da Receita, Jorge Rachid. Uma reunião prévia, na noite de domingo (20) já foi realizada no Palácio do Jaburu para tratar do tema.

A agenda desta segunda foi marcada depois de os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), também se manifestaram sobre o assunto.

Eles anunciaram uma nota conjunta nesta segunda dizendo que as duas casas devem formar uma comissão para debater o preço dos combustíveis. "O preço dos combustíveis, no nível em que se encontra, impacta negativamente o dia a dia dos brasileiros", afirmaram.

Protesto de caminhoneiros afeta a Castello Branco; Anhanguera tem tráfego normal

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O tráfego no Sistema Anhanguera-Bandeirantes já está normalizado após engarrafamento em suas pistas expressas, devido ao protesto dos caminhoneiros nesta segunda-feira, 21. O congestionamento ocorreu do km 38 ao 39, no sentido interior e do km 40 ao 39, no sentido capital, próximo às regiões de Cajamar, Jundiá e Osasco.

A rodovia Castello Branco, por sua vez, tem tráfego interrompido em sua pista expressa, devido às manifestações dos caminhoneiros.

Às 16h43, o bloqueio no sentido capital paulista causava engarrafamento do km 14 ao 13, em Osasco.

Os aumentos seguidos nos preços do diesel levaram os caminhoneiros autônomos a programarem uma paralisação em todo o País nesta segunda-feira.

A categoria pede que uma série de reivindicações apresentadas ao governo federal sejam atendidas.

A principal reivindicação dos caminhoneiros é a redução da carga tributária sobre o diesel. Os motoristas pedem a zeragem da alíquota de PIS/Pasep e Cofins e a isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Até as 16h27, as manifestações de caminhoneiros atingiam 18 Estados e causavam 107 pontos de interdição em rodovias federais de todo o País. Paraná, Minas Gerais e Bahia são os Estados mais atingidos.

Bloqueio na BR-277 por caminhoneiros afeta fluxo de carga no porto de Paranaguá

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Caminhoneiros interditam desde as 6h meia pista no km 6 da BR-277 no município de Paranaguá, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Paraná. Conforme a Administração do Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), o acesso de cargas ao porto de Paranaguá, que é feito por essa rodovia, está sendo afetado pelo bloqueio. O pátio de triagem do porto tinha baixa ocupação de caminhões no início da tarde de segunda-feira, com cerca de 900 vagas livres, das 1.200 disponíveis.

Segundo a Appa, em torno de 1.400 caminhões de transporte de grãos estavam programados no sistema de agendamento do porto para chegar a Paranaguá até o início da tarde, e o número de veículos que estavam agendados e não deram entrada no porto foi de 1.067.

A administração informou, contudo, que os terminais graneleiros estão com sua capacidade máxima de armazenamento ocupada, por isso a paralisação ainda não tem efeito sobre o carregamento de navios.

Além do acesso ao porto, também há interdição em meia pista em outros trechos de rodovias federais no Paraná, segundo maior produtor de soja do País, no km 158 da BR-376 em Mandaguaçu desde as 11h e no km 584 da BR-277 em Cascavel desde as 12h10. Também foi interditada meia pista no km 132 da BR-476 em Curitiba entre as 12h10 e as 13h05. Ainda conforme a PRF, há outros 14 trechos com manifestações de caminhoneiros em rodovias federais no Estado, mas fora da pista.

Preços médios da gasolina e do diesel sobem mais uma vez nesta terça

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobrás anuncia que, com o reajuste que entrará em vigor nesta terça-feira, 22, o preço médio do litro da gasolina sem tributo nas refinarias será de R\$ 2,0867, com alta de 0,90% em relação à média atual de R\$ 2,0680. No mês de maio, o combustível acumula alta de 16%.

Já o valor médio nacional do litro do diesel subiu para R\$ 2,3716, 0,97% maior do que a medida atual de R\$ 2,3488. No mês, o produto acumula alta de 9,7%

Preço do diesel subiu 56,5% desde que Petrobras passou a adotar reajuste diário

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Desde que começou a adotar a política de reajustes diários dos preços dos derivados de petróleo, em 3 de julho do ano passado, a Petrobras já elevou o preço do óleo diesel em suas refinarias 121 vezes, o que representou uma alta de 56,5%, segundo cálculo do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Em pouco mais de dez meses, o litro do produto passou de R\$ 1,5006 para R\$ 2,3488. Caminhoneiros promovem protestos nesta segunda-feira, em diversos Estados, por conta do encarecimento do combustível.

Apenas neste ano, o preço do diesel subiu 38 vezes, em linha com a sua valorização no mercado internacional. A atual política da Petrobras foi criada para acompanhar as variações externas e considera ainda a competição com importadores.

Dessa forma, a empresa vem demonstrando ao mercado que possui autonomia e não atua para atender aos interesses de governo, mas dos seus acionistas. No passado, durante o governo petista, os preços eram represados para conter a inflação, o que, consequentemente, freava a geração de receita da companhia.

“Esse é o primeiro teste da nova política de preços da Petrobras. Porque, até então, os preços estavam em baixa. Agora, é um período de continuidade de altas (no mercado internacional). Na semana passada, o preço do diesel foi reajustado quatro vezes”, afirmou o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE/UFRJ), Helder Queiroz.

Ele acrescenta que os combustíveis contribuem também com o caixa do governo, não só da Petrobras. E defende um tratamento diferenciado para o GLP e o diesel, que pesam no orçamento das famílias de baixa renda e na economia em geral.

Do valor total do litro do diesel pago pelos consumidores nos postos, as refinarias da Petrobras respondem por 55%. O restante é distribuído entre os governos (29%), em forma de impostos, fornecedores do biocombustível adicional ao produto (7%) e distribuidoras (9%).

Entre os tributos, uma parcela corresponde à Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide), criada para amortizar os reajustes da estatal e impedir que os consumidores sejam afetados pelas constantes variações de preços. Em momentos de altas nas refinarias, a Cide cairia e vice-versa. Esse dinheiro, no entanto, não está sendo utilizado com essa finalidade.

“Será que a melhor política de preços de combustíveis é essa que está sendo praticada pela Petrobras? Existem várias formas de ser fazer isso. O que percebemos é que o

governo não tem uma política própria. Ele deixa toda responsabilidade para a empresa. O petróleo e os seus derivados estão contribuindo muito com o governo, sem falar nas alíquotas de ICMS diferenciadas entre os Estados. A do Rio de Janeiro, por exemplo, é a maior do Sudeste, o que faz com que o combustível seja mais caro no Estado”, disse o especialista.

A alta da cotação do petróleo e dos seus derivados neste ano foi provocada por fatores geopolíticos e a tendência é que os preços se mantenham elevados nos próximos meses. A demanda superou as expectativas em 1,8 milhão de barris por dia (bpd) neste primeiro semestre. E o esperado é que assim permaneça até o início de 2019.

Aliado a isso, sem dinheiro para investir, a Venezuela reduziu sua produção de petróleo de 2,5 milhões de bpd, em 2016, para 1,5 milhão de bpd, atualmente, segundo o diretor para a América Latina da consultoria IHS Markit, Ricardo Bedregal, que projeta uma retração ainda maior da produção venezuelana no ano que vem, para 700 mil bpd.

No cenário internacional, ainda pesa a sanção americana ao Irã, que deve representar um corte de mais 250 mil bpd no segundo semestre deste ano, podendo chegar a 500 mil bpd no ano que vem. Bedregal destaca que, em junho, a Opep se reunirá para decidir se compensará essa queda da oferta ou se manterá os volumes atuais para que o barril chegue a US\$ 80, decisão especialmente favorável à Arábia Saudita. Uma contribuição é esperada, no entanto, dos Estados Unidos, que ainda têm folga para aumentar a produção em 600 mil bpd.

“A relação entre oferta e demanda deve permanecer apertada durante todo este ano e pode ter algum alívio no ano que vem. Se a cotação se mantiver na casa de US\$ 70 será muito bom para a Petrobras, que assim conseguirá bater a meta de alavancagem do fim do ano (de 2,5x) com facilidade.

Com dinheiro entrando, a empresa também vai poder retornar ao mercado internacional”, diz Bedregal, complementando que a estatal vem demonstrado interesse em ativos de gás natural no exterior.

Entenda a alta nos combustíveis e o protesto dos caminhoneiros

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os aumentos seguidos nos preços do diesel levaram os caminhoneiros autônomos a programarem uma paralisação em todo o País nesta segunda-feira, 21. A categoria pede que uma série de reivindicações apresentadas ao governo federal sejam atendidas.

A principal reivindicação dos caminhoneiros é a redução da carga tributária sobre o diesel. Os motoristas pedem a zeragem da alíquota de PIS/Pasep e Cofins e a isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Os impostos representam quase a metade do valor do combustível na refinaria. Segundo eles, a carga tributária menor daria fôlego ao setor, já que o diesel representa 42% do custo do frete.

Por conta dos reajustes diários no diesel, os caminhoneiros autônomos dizem estar no limite dos custos. Nos últimos 12 meses, o preço do diesel na bomba subiu 15,9%. O valor está bem acima da inflação acumulada em 12 meses, em 2,76%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento é resultado da nova política de preços da Petrobras, que repassa para os combustíveis a variação da cotação do petróleo no mercado internacional, para cima ou para baixo.

Nos últimos meses, porém, o petróleo tem apresentado forte alta – na semana passada, chegou a bater na casa dos US\$ 80 o barril, valor que não registrava desde novembro de 2014.

Os motivos da alta são principalmente geopolíticos, somados aos 17 meses de redução da produção dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

“Os fatores geopolíticos não vão arrefecer rápido, por isso, o preço não vai cair, mas pode estimular investimentos para aumento de produção em países como o Brasil”, disse Mauricio Tolmasquim, professor da Coppe/UFRJ.

A Petrobras diz que as revisões podem ou não refletir para o consumidor final – isso depende dos postos. Mas os donos de postos também apoiam a reivindicação dos caminhoneiros, pois dizem estar perdendo margens com os aumentos de preços.

Segundo o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda Soares, o setor vai sugerir ao governo a redução dos impostos sobre os combustíveis e também que a Petrobras faça o reajuste em intervalos maiores de tempo.

Divergência

Desde que alterou sua política de preços, em julho do ano passado, a Petrobras passou a promover reajustes quase diários dos combustíveis. Desde então, o consumidor tem se deparado com aumento crescente nas bombas dos postos de combustíveis.

A estatal refuta que seja responsável pela alta de preços ao consumidor e diz que o valor cobrado pela empresa corresponde a cerca de um terço dos preços praticados nas bombas.

A maior parte do valor cobrado pelo consumidor final engloba principalmente tributos, estaduais e municipais, além da margem de lucro para distribuidoras e revendedores.

Em março, a companhia ainda destacou o peso da carga tributária nos preços aos consumidores.

“Tendo em vista a formação do preço final ao consumidor, onde a parcela da refinaria constitui menos de 50% no diesel e menos de 33% na gasolina, qualquer medida cujo objetivo seja o de reduzir a volatilidade deverá alcançar os demais componentes do preço, sendo que o principal deles é a carga tributária, federal e estadual”, traz a nota.

PIS/Cofins, Cide, ICMS: qual tributo mais pesa no preço dos combustíveis?

22/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Equipe econômica do governo acha difícil viabilizar uma solução para a disparada dos preços dos combustíveis por meio da redução de tributos federais



Disparada no preço do diesel resultou em protestos de caminhoneiros em todo o país, nesta segunda-feira (21). Antonio Cruz/Agência Brasil

A área econômica do governo vê grande dificuldade em viabilizar uma solução para a alta dos combustíveis via redução de tributos federais. O peso maior dos tributos no preço na bomba é decorrente do ICMS, um imposto estadual. Porém, a construção de

acordo com os governadores é muito mais complexa, principalmente devido à crise financeira dos governos regionais.

Por outro lado, uma redução do PIS e Cofins pela Receita Federal teria um impacto significativo no caixa do governo, argumentam fontes. Os dois tributos foram elevados, no ano passado, para garantir uma arrecadação extra de R\$ 10,4 bilhões em 2017, valor que será superado em 2018.

O peso do PIS/Cofins no preço da gasolina é de 14% e no diesel de 12%. Já o peso médio do ICMS, que tem alíquotas diferenciadas nos estados, nos preços da gasolina é 28% e no diesel de 14%, de acordo com dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis).

A zeragem da Cide, que contribui com peso de 2% nos preços da bomba, não teria impacto considerável nos preços. Um dos problemas do ICMS é que os estados têm se aproveitado para aumentar o preço de referência em que incide o imposto estadual para elevar a arrecadação, segundo fontes do governo federal.

Segundo o coordenador dos secretários de Fazenda dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), André Horta, mudanças no ICMS não estão no radar.

“Não está nem colocado, de fato”, disse Horta, que é secretário do Rio Grande do Norte. Segundo ele, é muito difícil para os estados abrirem mão de arrecadação. Ele negou que os estados estejam fazendo ingerência no valor de referência para aumentar a arrecadação.

O assunto ganhou novamente espaço na agenda econômica com a pressão sobre os preços da alta do dólar. O aumento do custo da moeda americana ampliou a insatisfação em torno da política de preços da Petrobras. Mas as tentativas de mudanças na política de preços da Petrobras esbarram na posição firme do presidente da companhia, Pedro Parente, em defesa do modelo de reajustes.

A adoção dessa política fez parte do acerto que Parente fez com o presidente Michel Temer para assumir o cargo e dar mais transparência à governança da companhia, que sofreu com prática do governo anterior de segurar os preços artificialmente para minimizar o impacto na inflação.

O presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda Soares, defendeu que as mudanças nos preços sejam semanais pela Petrobras.

“O fato de a Petrobras mexer todo dia acaba sendo aumento em cima de aumento. Isso capitaliza o aumento”, disse. Segundo Soares, a Petrobras já fez 202 mexidas de preços até sexta-feira (18). Soares, que também vai se reunir nesta quarta-feira (23) com o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, também defende a unificação das alíquotas pelos estados.

Ele ressaltou que a queda dos tributos federais teria impacto também nos preços. Na sua avaliação, a única solução é o governo ter coragem de reduzir o PIS/Cofins.

“Se reduzir um pouco o PIS/Cofins e zerar a Cide, o ICMS deve cair um pouco porque o cálculo do seu valor em cima do preço básico cai também”, disse. Para o presidente da Fecombustíveis, a redução da Cide sozinha teria impacto pequeno e acabaria só provocando “raiva” nos consumidores.

Ele fez questão de ressaltar que essa discussão dentro do governo está ligada à eleição deste ano. “E só eleição. Eles querem melhorar o ânimo do brasileiro”, disse.

Presidente Temer reunirá ministros às 18h para discutir preço da gasolina

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR



Foto: Agência Brasil

O presidente **Michel Temer** marcou para as 18 horas desta segunda-feira, 21, uma reunião para tratar do preço da **gasolina**. Foram convocados para a conversa os ministros de Minas e Energia, Moreira Franco, da Fazenda, Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago, além do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. O tema da reunião, que é "gasolina", foi informado na agenda de Moreira Franco.

As recentes altas no preço dos combustíveis têm recebido críticas e reclamações de vários setores, inclusive dos caminhoneiros.

Os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciaram nesta segunda que irão promover uma comissão geral do Congresso no dia 31 de maio para debater o assunto e encontrar soluções.

Para a comissão geral, que consiste em uma sessão conjunta de senadores e deputados, serão convidados representantes da Petrobras, distribuidoras, postos, governo e estudiosos do setor. "O preço dos combustíveis, no nível em que se encontra, impacta negativamente o dia a dia dos brasileiros", destaca nota sobre a comissão geral assinada por Eunício e Maia.

No domingo, Maia usou sua conta no Twitter para falar do assunto e criticar os aumentos. Pré-candidato ao Palácio do Planalto, Maia inclusive sugeriu ao governo federal que avalie a possibilidade de zerar a Cide e diminuir PIS/Cofins sobre o produto para ajudar a diminuir o preço da gasolina no País.

"No curto prazo, o governo federal deve avaliar a possibilidade de zerar a Cide e diminuir o PIS/Cofins. Os Estados podem avaliar o mesmo para o ICMS. São ideias de políticas compensatórias para enfrentar o momento atual. E estão distantes do congelamento de preços que vimos no passado", escreveu Maia.

Cide, PIS/Cofins e ICMS são tributos que incidem sobre o preço dos combustíveis.

Além disso, caminhoneiros fizeram protestos nesta segunda-feira em várias rodovias do País por causa do aumento do preço do diesel. A categoria reivindica que a carga tributária sobre o diesel também seja reduzida, com isenção da Cide e alíquota zero de PIS/Cofins.

Equipe econômica vê dificuldade em abrir mão de tributos de combustíveis

22/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A área econômica do governo vê grande dificuldade em viabilizar uma solução via redução de tributos federais que possa ter impacto no preço da gasolina, apurou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

O peso maior dos tributos no preço na bomba dos combustíveis é decorrente do ICMS (imposto estadual), porém, a construção de acordo com os governadores é muito mais complexa, principalmente devido à crise financeira dos governos regionais.

Por outro lado, uma redução do PIS e Cofins pela Receita teria um impacto significativo no caixa do governo, argumentam fontes. Os dois tributos foram elevados, no ano passado, para garantir uma arrecadação extra de R\$ 10,4 bilhões em 2017, valor que será superado em 2018.

O peso do PIS/Cofins no preço da gasolina é de 14% e no diesel de 12%. Já o peso médio do ICMS, que tem alíquotas diferenciadas nos Estados, nos preços da gasolina é 28% e no diesel de 14%, de acordo com dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis).

A zeragem da Cide, que contribui com peso de 2% nos preços da bomba, não teria impacto considerável nos preços. Um dos problemas do ICMS é que os Estados têm se aproveitado para aumentar o preço de referência em que incide o imposto estadual para elevar a arrecadação, segundo fontes do governo federal.

Segundo o coordenador dos secretários de Fazenda dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), André Horta, mudanças no ICMS não estão no radar. "Não está nem colocado, de fato", disse Horta, que é secretário do Rio Grande do Norte. Segundo ele, é muito difícil para os Estados abrirem mão de arrecadação. Ele negou que os Estados estejam fazendo ingerência no valor de referência para aumentar a arrecadação.

O assunto ganhou novamente espaço na agenda econômica com a pressão sobre os preços da alta do dólar. O aumento do custo da moeda americana ampliou a insatisfação em torno da política de preços da Petrobras. Mas as tentativas de mudanças na política de preços da Petrobras esbarram na posição firme do presidente da companhia, Pedro Parente, em defesa do modelo de reajustes.

A adoção dessa política fez parte do acerto que Parente fez com o presidente Michel Temer para assumir o cargo e dar mais transparência à governança da companhia, que sofreu com prática do governo anterior de segurar os preços artificialmente para minimizar o impacto na inflação.

O presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda Soares, defendeu que as mudanças nos preços sejam semanais pela Petrobras.

"O fato de a Petrobras mexer todo dia acaba sendo aumento em cima de aumento. Isso capitaliza o aumento", disse.

Segundo Soares, a Petrobras já fez 202 mexidas de preços até sexta-feira. Soares, que também vai se reunir nesta quarta-feira com o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, também defende a unificação das alíquotas pelos Estados.

Ele ressaltou que a queda dos tributos federais teria impacto também nos preços. Na sua avaliação, a única solução é o governo ter coragem de reduzir o PIS/Cofins. "Se reduzir um pouco o PIS/Cofins e zerar a Cide, o ICMS deve cair um pouco porque o cálculo do seu valor em cima do preço básico cai também", disse. Para o presidente da Fecombustíveis, a redução da Cide sozinha teria impacto pequeno e acabaria só provocando "raiva" nos consumidores.

Ele fez questão de ressaltar que essa discussão dentro do governo está ligada à eleição deste ano. "É só eleição. Eles querem melhorar o ânimo do brasileiro", disse.

Resolução incentiva adoção do conceito de Indústria 4.0 na Zona Franca de Manaus

22/05/2018 – Fonte: MDIC

Norma publicada nesta segunda-feira disciplina elaboração de projetos e permite a inclusão dos investimentos nos incentivos fiscais dados na região

Foi publicada hoje, no Diário Oficial da União, a [Resolução nº 40](#) do Conselho de Administração da Suframa (CAS) para estimular a migração das fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus para o conceito de Indústria 4.0.

O texto, aprovado na última reunião do CAS em 4 de maio no Acre, permite que as empresas que produzem bens de informática na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá apresentem – em sua programação obrigatória de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para a obtenção de incentivos fiscais específicos da região – atividades orientadas para sua atualização tecnológica e capacitação rumo à Indústria 4.0.

A Resolução vai disciplinar a elaboração dos projetos e a execução dos investimentos. Ela determina que sejam reconhecidos como dispêndios em atividades de PD&I os gastos na execução ou contratação das atividades que se refiram à aquisição de máquinas e equipamentos 4.0 - como robôs industriais e colaborativos, sensores, máquinas de comunicação avançada, etc.

Também podem ser incluídos como investimentos em PD&I: o desenvolvimento e a integração de Sistemas Ciber-Físicos, que permitem a dotação de inteligência computacional e outras tecnologias para uma manufatura inteligente, conectada e automatizada, assim como o desenvolvimento de sistemas inteligentes para processos de produção e a realização de investimentos em *test beds* ou fábricas do futuro.

Os gastos com o aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos impactados pela robotização e automatização na indústria 4.0 e investimentos no processo de manufatura enxuta atrelados obrigatoriamente à automatização, digitalização e conectividade da fábrica também podem ser deduzidos.

Agenda

A medida é uma das ações da Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, anunciada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em março deste ano.

O governo estima que a medida promova investimentos da ordem de R\$ 80 a 100 milhões por ano em projetos de PD&I que se refiram à indústria 4.0, apenas na região da Zona Franca de Manaus.

“A estratégia para a Indústria 4.0 visa fomentar a modernização das indústrias de todo o país para que possamos trazer conceitos de internet das coisas, de inteligência artificial, robôs colaborativos para dentro das nossas indústrias e possamos assim ser mais produtivos e competitivos e não ficarmos atrás de países que estão mais avançados nessa temática”, afirma o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) Marcos Jorge de Lima.

O ministro ressalta que, dentro da Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, há uma grande preocupação com a qualificação e requalificação da mão de obra. “Podemos nos tornar mais produtivos adotando essas tecnologias e ainda assim contratar mais pessoas”, enfatiza. “Quando falamos de robôs colaborativos, usamos justamente o conceito de trabalho humano com a automação dentro da indústria. Sempre vai haver o trabalho colaborativo e a mão de obra sendo empregada. O que acontece na quarta revolução industrial é uma requalificação da mão de obra.”

22/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Marcos Vinícius de Souza, secretário de inovação do MDIC: amplo diagnóstico sobre a indústria 4.0 no País

“Não podemos ser protecionistas, mas é um erro não ter política industrial”, diz secretário do MDIC

Ainda que o Rota 2030, conjunto de regras para a indústria automotiva, permaneça engavetado em negociação, há órgãos do governo empenhados em desenhar políticas capazes de apoiar o avanço tecnológico do setor automotivo com a adoção de conceitos de indústria 4.0. Este é o caso do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Souza participou do Workshop Indústria 4.0 realizado por **Automotive Business** em São Paulo na segunda-feira, 21. Ele contou que a equipe do Ministério trabalhou em amplo diagnóstico de indústria 4.0 no Brasil, comparando o avanço local com o de outros mercados.

Uma das conclusões preocupantes foi que 52% das indústrias brasileiras não usam nenhuma tecnologia digital. “Aqui a nossa preocupação não é com as montadoras e sistemistas, mas com as pequenas e médias empresas de níveis mais distantes da cadeia de fornecimento, do Tier 3 para baixo”, avalia.

Segundo Souza, há desafios das mais diversas proporções para que as novas tecnologias avancem neste terreno, como a falta de recursos, de conhecimento das organizações para escalar soluções digitais, falta de profissionais qualificados, dificuldade para perceber e medir o valor das tecnologias, além da orientação de curto prazo das lideranças, que se concentram em resolver as dificuldades mais imediatas e têm dificuldade de olhar para o médio e longo prazo. “São justamente estas dificuldades que o governo precisa focar em minimizar.”

NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a clareza dos desafios, Souza conta que o governo fez ampla pesquisa para buscar referências de estímulo à indústria 4.0 em outros países. “Compartilhar riscos de adotar tecnologias com o governo torna a aprovação dos projetos mais fácil”, diz. Segundo ele, as novas políticas públicas precisam ser multitarefas e abranger várias frentes ao mesmo tempo, com coordenação maior com o mercado.

O plano é cobrir aspectos como talento e educação, incentivos financeiros, segurança jurídica, conectividade e cibersegurança, pesquisa e desenvolvimento. As soluções incluem oferecer taxas menores para algumas linhas de financiamento do BNDES para a adoção de tecnologias de indústria 4.0.

Outra medida é incluir nas leis que incentivam a inovação ações como a formação de fundos de capital de risco para investir em startups e a criação de aceleradoras para estes novos negócios.

Bruno Jorge, coordenador da indústria 4.0 da ABDI (Agência Brasileira de

Desenvolvimento Industrial), contou no evento que o órgão criou uma autoavaliação para que as empresas entendam em qual nível de digitalização estão. Outra medida que deve ser aprovada em breve são os *testbeds* de tecnologia: a construção colaborativa entre diversas empresas de plataformas de experimentação de soluções de indústria 4.0. A ideia é que ali as empresas possam verificar de forma mais palpável o potencial das soluções e decidir com mais embasamento por investir para implementar em larga escala.

Indústria 4.0 vai gerar US\$ 15 trilhões em receitas em 15 anos

22/05/2018 – Fonte: Automotive Business



José Rizzo Hahn, presidente da ABII e Pollux: indústria 4.0 tem alto potencial de gerar novas receitas

Para usufruir do crescimento, indústria automotiva precisa aprender a trabalhar dados

A indústria 4.0, conceito que prevê fábricas automatizadas, conectadas e inteligentes, poderá liberar US\$ 15 trilhões em receitas nos próximos 15 anos. “Não há nenhum outro conceito com potencial tão expressivo de gerar faturamento”, afirma José Rizzo Hahn, presidente da Associação Brasileira de Internet Industrial (ABII) e da Pollux Automation no País. Ele participou do Workshop Indústria 4.0 realizado por **Automotive Business** em São Paulo na segunda-feira, 21.

Segundo o executivo, para desfrutar do crescimento a indústria automotiva precisa aprender a lidar com dados, desenvolvendo a capacidade de gerar e analisar enorme quantidade de informações. “A internet das coisas (IoT) cresce exponencialmente. Teremos 50 bilhões de coisas conectadas até 2020. Os dados gerados por esses dispositivos trazem potencial para que empresas promovam rupturas na lógica do mercado e inovem”, diz.

Hahn reforça que o custo de não investir nesta transformação será alto, citando estudo da Washington University que traça o assustador panorama de que 40% das 500 maiores empresas dos Estados Unidos vão deixar de existir nos próximos 10 anos. “Parece absurdo, mas já vemos isso com a Amazon, por exemplo, que mudou o varejo com forte impacto sobre negócios tradicionais como [a loja de eletrônicos] Best Buy.”

O executivo enumera que a análise dos dados é o caminho para oferecer soluções mais adequadas ao mercado e à economia de compartilhamento que ganha força, enquanto o conceito de posse se enfraquece. A própria Pollux, que fornece robôs e soluções de automação, já incorpora esta transformação.

“O Brasil é um dos países mais desrobotizados do mundo. Estamos muito atrás da China e da Alemanha. Diante disso, passamos a oferecer as nossas soluções por assinatura, como um serviço”, conta.

Assim, os clientes da companhia podem alugar robôs com o pacote de serviços de engenharia adequado. “Hoje 80% dos nossos negócios já funcionam com este formato”, conta.

22/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Workshop Indústria 4.0: evento discute a transformação digital da indústria

Especialistas destacam que solução precisa ser meio, não fim

Implementar a **indústria 4.0** está entre as prioridades das empresas automotivas. O investimento na solução pode, no entanto, ser um tiro no pé das companhias que não tiverem claros os aspectos que pretendem melhorar com a tecnologia.

“O primeiro passo deve ser entender quais são os pontos de dor da organização, o que precisa ser melhorado. Não necessariamente a indústria 4.0 será a resposta e, se for, é preciso entender quais soluções desta abordagem podem ser úteis”, disse Renato Basso, do BCG (Boston Consulting Group), que participou do Workshop Indústria 4.0, promovido em São Paulo por **Automotive Business** na segunda-feira, 21.

Os especialistas indicam que, nas fábricas, o conceito traz a possibilidade de implementar manutenção preditiva nos equipamentos, monitoramento e rastreabilidade da produção, automatização de processos, incremento na segurança, na eficiência energética e, enfim, na qualidade dos produtos.

“O avanço deste cenário só é possível porque os custos da tecnologia estão em queda”, lembra o especialista do BCG. Segundo ele, o valor da banda larga, por exemplo, diminuiu 40% nos últimos 10 anos. Neste período, os sensores ficaram 50% mais baratos.

Ele enumera que os ganhos podem ser proporcionais para as companhias. Segundo cálculos do BCG, os custos de conversão de um produto (produção sem contar gastos com matérias-primas) podem cair 40% em 10 anos com o uso de soluções de indústria 4.0, além de aumentar a flexibilidade com a queda de 20% a 60% do tempo necessário para fazer ajuste dos equipamentos da fábrica (setup).

Quando se trata de criar fábricas automatizadas, conectadas e, portanto, inteligentes, o céu é o limite, como aponta, Basso, destacando possibilidades como a adoção de soluções como impressão 3D em série, uso de drones para transportar itens dentro da fábrica, robôs que trabalham em colaboração com seres humanos e realidade aumentada.

Fragoso, da Deloitte, reforça que a indústria 4.0 tem impacto em três níveis, além do tecnológico. Primeiro, na estratégia da empresa, que precisa estar disposta a mudar sua posição no mundo, avaliando novos modelos.

O conceito envolve também os talentos, com a necessidade de buscar especialistas em novas áreas e estabelecer relações de trabalho mais flexíveis. Outro ponto é a mudança na sociedade. “Estamos prontos para confrontar o status quo?”, questiona.

NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO

Basso destaca que o enorme potencial de transformação que a indústria 4.0 pode promover extrapola os limites das fábricas. É possível (e necessário) mudar o negócio

como um todo, aponta. "Surge a possibilidade de encontrar novos modelos de gerar e captar valor, de oferecer serviços", diz, citando exemplos como a GE, que no lugar de vender turbinas aeronáuticas, decidiu oferecer o equipamento por assinatura. A John Deere, que produz máquinas agrícolas, é outro caso citado por ele. "Eles estão entregando uma série de serviços além dos equipamentos".

Fragoso, da Deloitte, concorda: "A convergência que a indústria 4.0 traz é maior do que prevíamos. As empresas se transformam em plataformas de negócio e integram o físico e o digital", analisa. Por isso, destaca, a tecnologia precisa ser caminho para chegar às mudanças e novos objetivos.

O consultor cita pesquisa realizada pela Deloitte com 1,6 mil executivos em todo o mundo - 100 deles no Brasil. Segundo o levantamento, mais de 60% dos líderes não se consideram preparados para a mudança imposta pela indústria 4.0. "Isso mostra o grande nível de incerteza", pondera.

Segundo ele, há dificuldades locais importantes, como o desafio de definir novos investimentos logo após a forte recessão que durou três anos, dificuldades de infraestrutura e oferta de internet estável, legislação e política industrial incerta, além do desafio de qualificar a mão de obra localmente. "Compor este ambiente tecnológico leva tempo, é um desafio. Precisamos trabalhar em uma mudança cultural", diz Fragoso.

VW Gol muda visual e ganha motor mais potente

22/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Hatch exhibe capô mais elevado e grade renovada, além de mais força no motor 1.0. O sedã Voyage também seguirá a atualização, que chega às lojas em junho



A linha 2019 do **Volkswagen Gol** e **Voyage** que chega às lojas em junho terá novidades. A principal delas é o novo visual, emprestado da picape Saveiro. Os modelos também atualizaram a motorização, que ficaram mais potentes.

A marca decidiu ainda simplificar a oferta e ambos passarão a ser oferecidos em versão única, com alguns pacotes opcionais - os preços, porém, não foram revelados. A tabela da linha atual parte de R\$ 43.840 (1.0) e R\$ 49.350 (1.6) na configuração Trendline.

De série, **Gol** e **Voyage** trarão direção hidráulica, ar-condicionado, banco do motorista com ajuste de altura, suporte para celular e vidros e travas elétricos.

O desenho da dianteira agora exhibe um capô mais elevado e com duas barras maiores na grade que se conectam aos faróis - o **Gol Track** já havia incorporado essa nova identidade.

O para-choque frontal também está diferente. A entrada de ar na parte inferior cresceu e traz linhas mais geométricas, bem definidas e de aspecto esportivo. Os faróis de neblina passam a ter formato de trapézio e são envolvidos por uma moldura preta.

Na linha 2019 o motor 1.0 MPI, de três cilindros, foi recalibrado de 82 para 84 cv - a mesma potência do **Polo**. A outra opção é o propulsor 1.6 MSI, de 104 cv. Todos

acompanhados pelo câmbio manual de cinco velocidades, mas em breve receberão também o automático de seis marchas.

Opcionais

O pacote de opcionais disponível é o Urban Completo. Ele agrega rodas de liga leve aro 15, alarme, chave canivete, retrovisores e maçanetas na cor do veículo, grade pintada em preto, retrovisores elétricos, sensor de ré, vidros elétricos traseiros, destravamento elétrico da tampa do porta-malas, farol de neblina, lanterna traseira escurecida e coluna de direção com ajuste de altura e distância.

Há ainda o kit Interatividade Media Plus, que traz a central multimídia, volante multifuncional, leitor de CD e SD Card, entradas USB auxiliar e conexão bluetooth. Já o pacote Interatividade Discover Media incorpora uma central multimídia mais completa.

Vendas de veículos novos vão superar projeção para 2018, diz Anfavea

22/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Segundo o presidente da associação, a greve dos caminhoneiros pode impactar nos emplacamentos

Os licenciamentos de veículos novos no Brasil em 2018 vão superar a atual projeção de crescimento de cerca de 12%, afirmou nesta segunda-feira o presidente da associação que representa montadoras no país, Anfavea, Antonio Megale.

“As vendas já estão num ritmo de crescimento acima de 20%. No segundo semestre deve haver uma redução nesse ritmo por causa da comparação com o desempenho mais forte de um ano antes, mas com certeza vamos superar o crescimento de 12% que estamos projetando atualmente”, disse Megale a jornalistas, durante apresentação sobre o salão do automóvel de São Paulo, que acontece em novembro.

No primeiro quadrimestre, as vendas de veículos novos no Brasil subiram 21,3% sobre um ano antes, para 763 mil unidades. A produção disparou 20,7%, a 966 mil.

Sobre as vendas atuais de veículos, Megale afirmou que a greve dos caminhoneiros iniciada nesta segunda-feira poderá impactar o registro de licenciamentos do mês por causa de possíveis atrasos no envio de modelos das fábricas às concessionárias. “Pode prejudicar os emplacamentos. Pode causar atrasos”, disse ele sem poder fazer estimativas.

A edição bienal do salão em 2018 tem 30 marcas de veículos confirmadas e expectativa de atração de mais de 700 mil pessoas ao longo dos 10 dias do evento, que terá também mais de 500 modelos de veículos. Em 2016, ano de agravamento da crise econômica, 26 marcas participaram do salão paulista.

A expectativa de público não é recorde e, segundo os organizadores, não se deve às incertezas relacionadas com o cenário eleitoral ou da economia.

“Não vemos nenhum tipo de ligação da previsão de público com as eleições. Não estamos pessimistas, estamos focados em melhorar a experiência dos visitantes...Temos os mesmos 10 dias de duração e não é nossa intenção baixar o preço para abarrotarmos os corredores de público”, disse o vice-presidente executivo da Reed Exhibitions, organizadora do salão.

Uma das novidades do salão neste ano será o fim das cotas de importação, que limitavam marcas que não têm fábrica no Brasil a vendas de 4.800 veículos sem incidência de sobretaxas.

"As perspectivas são bem melhores que em 2016", disse o presidente da Abeiva, que representa os importadores, José Luiz Gandini. Porém, ele disse que o dólar a R\$ 3,75 tende a causar uma mudança nos preços dos carros e "ainda não sabemos qual será", afirmou. A expectativa do setor é elevar as vendas de importados no Brasil em 2018 para 40 mil unidades, em 2017 foram 29 mil.

A desvalorização cambial também traz impactos aos fabricantes nacionais, que diante de inclusão de maior quantidade de itens eletrônicos nos modelos mais recentes, que permitem acesso à internet ou ajudam no estacionamento, passaram a contar com uma parcela maior de autopeças importadas.

O presidente da Anfavea afirmou que "o pior de tudo é a volatilidade, porque fechamos negócios sem saber a taxa, isso gera dificuldades para se repor estoques. Se continuar (a desvalorização da moeda), pode impactar produção, que até agora não caiu", afirmou.

Questionado sobre a expectativa pelo anúncio de uma nova política automotiva, que está sendo gestada há meses no governo federal e prevê incentivos tributários limitados para empresas do setor que investirem em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, Megale afirmou que a política chamada Rota 2030 deve levar ainda "mais alguns dias ou semanas".

Em 2 de maio, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, chegou a afirmar que o programa deveria ser anunciado pelo presidente Michel Temer na semana do dia 6. Segundo Megale há ainda algumas divergências entre os ministérios da Fazenda e da Indústria.

Crédito e leasing para veículos crescem 23,7%

22/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

De acordo com Anfavea, em abril, foram produzidos 266 mil carros, 40,4% mais do que em 2017



Pátio da montadora Hyundai, na rodovia Anhanguera, em São Paulo - Jorge Araujo-30.mai.2016/Folhapress

Apesar de o país ainda não ter se recuperado da crise econômica, a liberação de financiamentos e leasing para a compra de veículos novos teve alta de 23,7% em março, em comparação com o mesmo mês do ano passado. Ao todo, o montante desses financiamentos chegou a R\$10,3 bilhões no mês, segundo a Anef (Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras).

"É um número significativo, mas que indica recuperação de um período de recessão, em que as vendas caíram bastante. Trata-se de uma demanda reprimida Luiz Montenegro, Anef

Sobre o atual momento da economia, ainda em recuperação, ele supõe que indicadores positivos tenham encorajado os consumidores. "A taxa de juros caiu bastante e está em um nível favorável. A inflação vem caindo e mostrando estabilidade."

A análise é compactuada por Alarico Assumpção Júnior, presidente da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). "A queda na inadimplência, aliada à baixa dos juros, vêm favorecendo o setor como um todo", afirma. Segundo a Fenabrave, entre janeiro e abril houve aumento de 17,65% no número de novos emplacamentos de veículos ante os primeiros quatro meses de 2017.

Números da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) confirmam a recuperação do setor. "Entre exportações e mercado interno, em abril, foram produzidos 266 mil carros, 40,4% mais do que no mesmo mês do ano passado", afirma Antonio Megale, presidente da associação. "Já temos informações de montadoras associadas contratando e ampliando turnos de trabalho."

Alguns dos últimos indicadores econômicos têm sido considerados positivos, mas, no dia a dia, boa parte da população os questiona por não sentir reflexos dessa recuperação. Com o expressivo aumento nas vendas de veículos, analistas avaliam se o momento é propício para financiar.

"Creio que quem tinha receio de gastar no auge da crise tem se encorajado com os indícios de recuperação da crise, como a inflação contida e juros baixos", analisa a administradora Teresa Maria Fernandez, da consultoria de economia MB Associados.

Sobre a influência da indefinição política para quem pensa em financiar, ela sugere duas situações. "A incerteza até deixa algumas pessoas receosas, mas, por outro lado, o ano eleitoral pode até encorajar outras. Se as condições são favoráveis agora, as taxas e prestações contratadas não vão mudar no ano que vem, qualquer que seja o presidente."

Para o educador financeiro José Vignoli, não basta verificar se as prestações "cabem no bolso", mas é preciso considerar que um carro novo também aumenta a despesa mensal. "Em qualquer situação é preciso ser cauteloso e refletir sobre a própria situação, as perspectivas e a existência ou não de uma reserva", orienta. "É normal se entusiasmar quando as coisas começam a melhorar, mas é preciso ser consciente. A euforia de quem não se planeja pode resultar em ressaca indesejada."

BMW acelera processos de comércio exterior no Brasil

22/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Embarque do BMW X1 brasileiro para Estados Unidos: processo simplificado Empresa obtém certificação OEA e reduz burocracia de importação e exportação

O **BMW Group Brasil** vai acelerar seus processos de comércio exterior. A empresa é a primeira das fabricantes de veículos premium que se instalaram no País em anos recentes a obter da Receita Federal a certificação de Operador Econômico Autorizado (OEA), que reduz a burocracia envolvida nas operações de importação e exportação, com isenção ou simplificação de algumas vistorias e, por consequência, liberação mais rápida das cargas da fabricante de veículos.

A certificação deve trazer redução de custos e de tempo nas operações da BMW no Brasil, que depende de muitas importações de componentes para montar seus carros em Araquari (SC), onde atualmente são produzidos o Série 3, X1, X3 e X4. A empresa também poderá usar a agilidade trazida pelo selo OEA para futuras exportações de

veículos montados, como já aconteceu com o X1 que até o fim do ano passado era enviado aos Estados Unidos.

A certificação OEA é concedida pela Secretaria da Receita Federal para operadores da cadeia logística internacional que atendem a padrões específicos de segurança, conformidade e confiabilidade estabelecidos pelo Programa Mundial das Aduanas (OMA), com reconhecimento em mais de 70 países.

O BMW Group Brasil recebeu o credenciamento em duas modalidades: OEA-S, referente à Segurança da Cadeia Logística, e OEA-C2, para as Obrigações Tributárias e Aduaneiras. Isso significa que a empresa pode fazer o transporte de bens importados ou exportados e pagar os tributos de forma automática, o que acelera esses processos.

A certificação OEA garante redução de custos logísticos, com diminuição dos processos de liberação no envio e recebimento de cargas nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras para empresas certificadas. As cargas dos OEAs têm tratamento prioritário, com prazos menores de despacho e maior previsibilidade.

Outra vantagem importante do programa é o reconhecimento mútuo do credenciamento entre países, o que elimina duplicidade em controles de segurança, facilitando a verificação de mercadorias em circulação na cadeia logística nacional e internacional, redução do volume de cargas selecionadas para verificação, atendimento prioritário e dispensa de exigências na habilitação ou aplicação de regimes aduaneiros especiais que já tenham sido cumpridas no procedimento de certificação OEA.

“A certificação OEA é motivo de orgulho para todos nós do BMW Group Brasil e um reflexo do nosso empenho em atingir níveis de excelência não apenas na produção de veículos no País, mas também nos processos que envolvem importação e exportação de produtos BMW, Mini e BMW Motorrad”, celebra Helder Boavida, presidente da subsidiária brasileira da fabricante alemã.